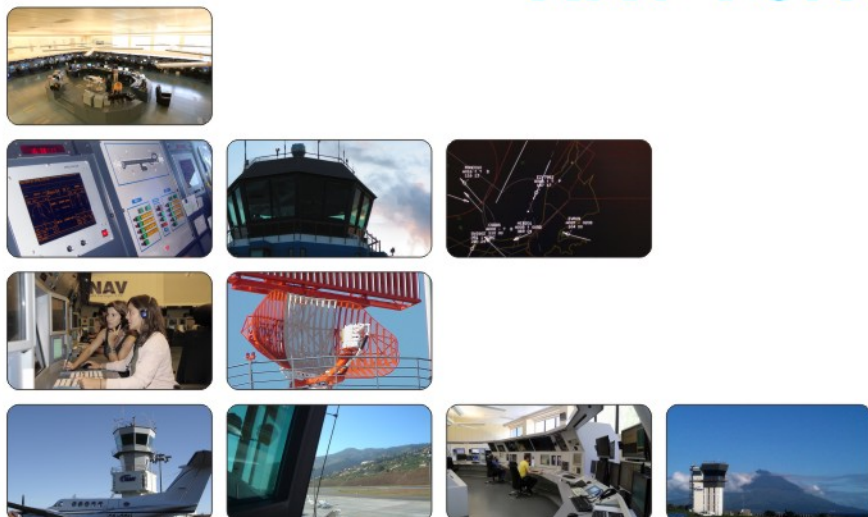




Relatório de Governo Societário 2017



www.nav.pt

ÍNDICE

I-SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)	2
II-MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	3
III-ESTRUTURA DE CAPITAL.....	8
IV-PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	9
V-ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	12
A. Modelo de Governo	12
B. Assembleia Geral	12
C. Administração e Supervisão.....	13
D. Fiscalização	30
E. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	38
F. Auditor Externo.....	40
VI-ORGANIZAÇÃO INTERNA	43
A. Estatutos e Comunicações	43
B. Controlo interno e gestão de riscos	44
C. Regulamentos e Códigos.....	49
D. Deveres especiais de informação.....	57
E. Sítio da Internet.....	60
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	61
VII-REMUNERAÇÕES.....	63
A. Competência para a Determinação.....	63
B. Comissão de Fixação de Remunerações	64
C. Estrutura das Remunerações	65
D. Divulgação das Remunerações	67
VIII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	69
IX-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA ENTIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL.....	75
X-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	86
XI-ANEXOS DO RGS	88



I-SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

O presente documento, Relatório de Governo Societário 2017 da empresa NAV Portugal, EPE, obedece, na sua elaboração, ao Manual que serve de referência à sua elaboração e visa facilitar a monitorização do cumprimento, por parte das entidades do Setor Público Empresarial (SPE), do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como, do estipulado no nº 10 do artigo 39º do mesmo diploma.

Acresce referir, que relativamente aos períodos anteriores, em 2017, não ocorreram alterações significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário.

II- MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. *Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do RJSPE):*

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro alterados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas Regiões de Informação de Voo (RIV) sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A Empresa na sua visão pretende afirmar-se como prestadora de serviços de tráfego aéreo de referência, na Europa e numa vasta área do Atlântico Norte, pela segurança e qualidade dos serviços prestados e o reconhecimento, pelo seu bom desempenho, pelas suas Partes Interessadas (comummente designadas por *Stakeholders*), ou seja, Clientes/ /Utilizadores, Parceiros, Colaboradores, Regulador e Tutela.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Constituem valores da NAV Portugal:

- **Segurança (*Safety*)** – apostar numa gestão proactiva alicerçada num quadro de pessoal com elevada competência e altamente motivado, que garanta elevados níveis de qualidade e segurança na prestação de serviço, em conformidade com as normas aplicáveis;



- Orientação para as Partes Interessadas – responder às legítimas expectativas das Partes Interessadas, prestando um serviço que assegure segurança, qualidade e eficiência;
- Profissionalismo – refletir em todas as atividades desenvolvidas o compromisso permanente e responsável com a obtenção de resultados organizacionais e a preocupação com princípios éticos, sociais e ambientais, evidenciando as competências para garantir a confiança das Partes Interessadas em relação à Empresa;
- Inovação – garantir que a Empresa tem a capacidade de incorporar as melhores práticas em termos tecnológicos e operacionais, de forma a melhorar o desempenho individual e organizacional.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros:

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, o Plano de Negócios da NAV Portugal para 2018-2022, tem como referência os seguintes “Objetivos Estratégicos”:

- Reforçar a cultura de segurança nas diferentes áreas de atividade (*Safety*)
- Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados, respeitando o equilíbrio financeiro da NAV Portugal
- Desenvolver iniciativas estratégicas visando a sustentabilidade da NAV Portugal
- Garantir o cumprimento de novos requisitos regulamentares
- Desenvolver boas práticas de responsabilidade social e ambiental
- Assegurar o desenvolvimento organizativo
- Melhorar a capacidade de resposta nos domínios da competitividade e da inovação

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar:

No desenvolvimento da sua atividade, a NAV Portugal, à semelhança dos anos anteriores, considerou um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSP da Irlanda (IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Assim, a NAV Portugal determina a média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2017, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2016 referentes aos *peers*, cujos dados de 2017 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2016	17,5%	24,1%	68,2%	669,4	281,3	
DFS	2016	25,0%	19,7%	77,1%	585,7	245,1	
IAA	2016	27,1%	27,9%	57,0%	355,2	475,0	
Skyguide	2016	11,6%	18,5%	68,9%	610,4	231,0	
Média		20,3%	22,6%	67,8%	555,2	308,1	
NAV	2017 Real	6,5%	11,4%	80,0%	205,4	881,8	120,0%
Performance relativa (NAV / Média)		32,0%	50,6%	84,8%	270,3%	286,2%	
Objetivo 2017		11,0%	50,0%	113,0%	50,0%	227,0%	100,0%
Target NAV		2,2%	11,3%	76,6%	277,6	699,4	100,0%
Grau Cumprimento do Objetivo		291,1%	101,1%	95,6%	126,0%	126,1%	80,0%
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		29,1%	15,2%	14,3%	25,2%	25,2%	16,0%
Score Final		125,03%					

A Empresa apresenta uma pontuação final de aproximadamente 125%, representando um grau de desempenho muito acima da média do grupo de referência selecionado.

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2017, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,37 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2017 para 134%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2017, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade:

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) e de Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal (vide capítulo VI ponto.C. - Regulamentos e Códigos).

Com base no enquadramento ditado pelos diferentes regulamentos e legislação aplicáveis, conclui-se que a prestação de serviços de navegação aérea é uma atividade regulada a nível internacional, e que os resultados da NAV Portugal, tendo como base o método do custo majorado, são influenciados pelos fatores a seguir enunciados:

Exógenos:

- Tráfego (diferença entre a procura estimada, baseada nas projeções elaboradas pelo STATFOR - Serviço de Previsão e Estatística do Eurocontrol, e a procura real, de acordo com o mecanismo de partilha de riscos de tráfego estabelecido nos nºs 2 a 5, do artigo 13º, do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013);
- Inflação (diferença entre a inflação prevista (FMI) e a inflação real (EUROSTAT) – índice acumulado em cada período de referência);
- Voos isentos (diferença entre voos estimados e voos reais, cujo custo tem sido, até à data, totalmente suportado pela NAV Portugal. No entanto, de acordo com o estabelecido no Artigo 10º do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 e nos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser reembolsados pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, e

até à data, não se tem verificado). De referir que a proposta apresentada pela Empresa, relativamente aos Estatutos, conforme referido no capítulo IV deste relatório, contempla o respetivo cumprimento pelo Governo, ou seja, o reembolso destes custos à NAV Portugal.

Endógenos:

- Desvios entre os custos determinados e os custos reais controláveis, que de acordo com a regulamentação em vigor, para ambas as atividades – rota e terminal – não poderão ser recuperados através das taxas pagas pelos utilizadores, com reflexo direto no resultado da Empresa.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE):

Para além do enquadramento normativo atrás referido, que regula a atividade de prestação de serviços de navegação aérea, não existem orientações específicas definidas pelos ministérios que tutelam o exercício desta atividade pela NAV Portugal.

III-ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE):

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial com um capital estatutário de 25 milhões de Euros.

Este capital estatutário, como sucede em todas as entidades públicas empresariais, é indecomponível, isto é, não pode ser fracionado em participações sociais e não é titulado por ações, pelo que, em rigor, o Estado não é, em relação às E.P.E., um verdadeiro acionista, embora, nos termos do Artigo 59º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, esse capital estatutário seja detido pelo Estado e seja remunerado de acordo com o regime previsto para a distribuição dos lucros do ano nas sociedades anónimas.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações:

Uma vez que a NAV Portugal, nos termos da lei e dos seus estatutos, não possui o órgão social Assembleia Geral, a Empresa está submetida aos poderes de superintendência do Estado, quer através do Conselho de Ministros, quer das tutelas financeira (Ministro das Finanças) e setorial (Ministro do Planeamento e das Infraestruturas) que, de acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, têm a faculdade de definir orientações de gestão estratégica gerais e setoriais.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições:

Atenta a natureza jurídica da NAV Portugal, E.P.E. como entidade pública empresarial com capital 100% público, e considerando que os acordos parassociais respeitam a acordos celebrados entre todos ou alguns sócios de uma sociedade comercial (cfr. artigo 17.º do Código das Sociedades Comerciais), a presente situação não é aplicável à NAV Portugal, E.P.E. que possui como único acionista o Estado Português.

IV·PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE):

Atenta a natureza jurídica da NAV Portugal, E.P.E. como entidade pública empresarial com capital 100% público, e considerando que os acordos parassociais respeitam a acordos celebrados entre todos ou alguns sócios de uma sociedade comercial (cfr. artigo 17.º do Código das Sociedades Comerciais), a presente situação não é aplicável à NAV Portugal, E.P.E. que possui como único acionista o Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2017 a NAV Portugal detinha um conjunto de participações sociais no montante de 344.684 €, nos capitais das entidades discriminadas no mapa a seguir apresentado:

	Edisoft - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
Capital detido (€)	175.000	86.351	83.333	344.684
%	17,50%	3,89%	8,33%	
Nº de votos	35.000	1.997	1	

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de cerca de 30 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos

esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

O *European Satellite Services Provider, SAS* (ESSP) foi fundado em 2001, como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG), forma jurídica considerada como mais adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider*, em especial para a aviação civil.

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE):

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	17,5%	8.165.903	6.862.849	1.303.054	593.339
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	12.478.691	5.362.099	7.116.592	1.101.603
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	34.259.471	20.630.907	12.076.815	3.329.051
31 de Dezembro de 2017		54.904.065	32.855.855	20.496.461	5.023.993

As participações sociais detidas pela NAV Portugal em 2017 não sofreram qualquer alteração relativamente ao ano anterior.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC:

Os membros do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não são, quer direta ou indiretamente, em conjunto ou individualmente, titulares de participações, qualificadas ou não, noutras empresas.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade:

No decorrer do ano, registou-se o montante de 16.580 euros, relativo a conservação e reparação de equipamento e trabalhos especializados fornecidos pela Edisoft. Foram ainda estabelecidos entre a NAV Portugal e o Consórcio EDISOFT – THALES os contratos nº 2017/47; 62 e 66 FORN/DEP para fornecimento e instalação de atualização do AMHS da RIV de Lisboa, do sistema DME p/ locater “HT” e telecomando e sistemas DVOR/DME para Viseu, Nisa e Porto no montante de € 1.437.000 + IVA, (totalizando € 1.767.510).

Relativamente à Futuro S.A., esta empresa continua a ser responsável pela gestão dos fundos de pensões da NAV Portugal, registando-se o pagamento de € 928.356 referentes a 2017, relativos à comissão de gestão.

Em 2017, regista-se a continuação da prestação de serviços à ESSP, ao abrigo do contrato RIMS ACR-LSB-MAD, para o período 2014-2021.

V-ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Modelo de Governo

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado:

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão e ainda com o preceituado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a quaisquer deliberações que repute contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou):

Não aplicável, na medida em que estatutariamente uma entidade do tipo E.P.E. não dispõe de Assembleia Geral.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias:

Atenta a natureza jurídica da NAV Portugal, E.P.E. como entidade pública empresarial com capital 100% público a presente situação não é aplicável à Empresa que possui como único acionista o Estado Português.

C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão:

No cumprimento do n.º 1 do artigo 5º dos Estatutos da NAV Portugal a nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração é da responsabilidade do Governo da República Portuguesa.

2. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou):

A composição do Conselho de Administração da NAV Portugal encontra-se estabelecida no n.º 1 do artigo 5º dos Estatutos da NAV Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de Abril, sendo este órgão constituído por cinco membros, um Presidente e quatro vogais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a composição dos Conselhos de Administração das empresas públicas passou a ser de 3 membros, em conformidade com o n.º 2 do seu artigo 31.º. Contudo, esta nova composição não é de aplicação direta, carecendo de ser refletida nos estatutos das empresas públicas, os quais tinham que ser adaptados ao novo regime do setor público empresarial no prazo máximo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor do referido regime.

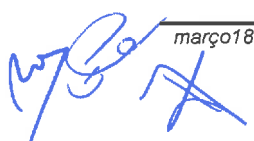
Uma vez transcorrido o prazo previsto para a adaptação dos estatutos, as normas do Decreto-Lei n.º 133/2013 passaram a prevalecer sobre os Estatutos das Empresas Públicas que, dentro de tal prazo, não tivessem sido adaptados, ressalvando-se, porém, o disposto no n.º 3 do artigo 73.º deste diploma, no qual se determina que “As normas relativas à composição da administração e fiscalização das empresas públicas a que se referem o n.º 2 do artigo 31.º e os nos 1 e 2 do artigo 33.º aplicam-se a partir do mandato imediatamente seguinte ao que se encontre em curso no termo do prazo a que se refere o número anterior.”

Assim, e face à ausência de aprovação do projeto de Estatutos tempestivamente submetido pela NAV Portugal, E.P.E. à tutela, as normas do Decreto-Lei n.º 133/2013 passaram, por conseguinte, a prevalecer sobre os Estatutos da empresa.

Mediante a Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2016, de 14 de julho, publicada na 2ª Série do Diário da República n.º 148, de 3 de agosto de 2016 e sob proposta dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas procedeu-se à nomeação dos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, para o triénio de 2016 a 2018: como Presidente o Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, como Vogais a Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins e o Senhor Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2016-2018	Presidente ⁽¹⁾	Albano Manuel Carvalho Coutinho	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D
2016-2018	Vogal	Egídia Pinto de Queiroz Martins	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D
2016-2018	Vogal	Francisco César Ramos Fernandes Gil	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D

⁽¹⁾ Cessou funções a 30 de setembro de 2017.



março18

Entretanto, o PCA Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho cessou o mandato a seu pedido, a 30 de setembro de 2017, pelo que, pela Resolução do Conselho de Ministros foi nomeado, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, n.º 7/2018, de 11 de janeiro, publicada na 1ª Série do Diário da República n.º 10, de 15 de janeiro de 2018, o novo presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal, Senhor Dr. Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão, para o mandato em curso (triénio de 2016 a 2018).

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, o mandato do Conselho de Administração tem a duração de 3 (três) anos, sendo renovável por uma ou mais vezes (até ao limite máximo de 3 renovações, face ao n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Gestor Público), contando-se como completo o ano civil em que tenham sido nomeados e permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração escrita da cessação das mesmas.

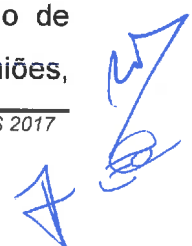
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE):

Em conformidade com a já citada Resolução n.º 24/2016, de 14 de julho, do Conselho de Ministros, não foi feita a distinção de membros executivos e não executivos do Conselho de Administração da NAV Portugal, sendo todos membros executivos.

4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE):

Presidente – Albano Manuel Carvalho Coutinho, 54 anos (cessou funções a 30/09/2017)

Responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões,



representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pelas Direções de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade, bem como o Gabinete dos Assuntos Jurídicos.

Formação académica nos cursos de formação de Oficiais do Quadro Permanente da Força Aérea (CFMT da FAP) e Curso Geral de Guerra Aérea (IAEFA).

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Julho de 2016; Inspetor de Navegação Aérea da ANAC/EASA (2010-2016); Chefe do Centro de Gestão de tráfego Aéreo da Força Aérea (2006-2010); Comandante da Esquadra Independente de Tráfego Aéreo no ACC de Lisboa (2005-2006); Comandante da Esquadra de Tráfego Aéreo da Base das Lajes (2004-2005); Chefe do Centro de Operações Aéreas da Base das Lajes (1997-2005); Comandante de Esquadrilha de tráfego Aéreo da Base das Lajes (1997-1999); Supervisor do Serviço de Informação de Voo no ACC de Lisboa (1994-1997); Chefia de diversos Serviços de Tráfego Aéreo e Centros de Operações Aéreas nas Bases de Tancos (1981-1989) e Ovar (1989-1994); Controlador de Tráfego Aéreo

Vogal – Egídia Pinto de Queiroz Martins, 65 anos

Responsável pelas Direções de Relações Laborais, Administrativa e Financeira e de Auditoria e Controlo de Gestão.

Licenciatura em Controlo Financeiro (ISCAL); Pós-Graduação em Finanças Empresarias (UCP – Universidade Católica Portuguesa) e Pós-Graduação em Gestão (ISCTE).

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Julho de 2016; Assessora Financeira na Navegação Aérea de Portugal (2006-2016); Chefe da Divisão Financeira da Navegação Aérea de Portugal (1999-2006); Chefe dos Serviços Financeiros, Contabilidade, Fiscalidade e Património da ANA, Aeroportos de Portugal S.A. (1992-1998); Técnica Superior na Direção Financeira da ANA, Aeroportos de Portugal S.A.

Vogal – Francisco César Ramos Fernandes Gil, 43 anos

Responsável pela Direção de Estudos e Projetos, Área de Formação e Gabinete de Comunicação e Imagem.

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (IST) e MBA (UC Lisboa).

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2016; Vogal do Conselho de Administração do Grupo SATA (2013-2016); Presidente da Direção da Associação de Turismo dos Açores (desde 2013); Vogal da Direção da Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores (desde 2013); Membro da Direção da IPSS- Centro Paroquial de São José (desde 2011); Vogal do Conselho de Administração do Teatro Micaelense (2011-2013); Diretor Executivo da Associação de Turismo dos Açores (2010-2013); Administrador da NGV Promoção Imobiliária S.A. (2006-2013); Diretor-Geral da Aldeiaisilha Promoção Imobiliária S.A. (2006-2010); Consultor Sénior na Leadership Business Consulting (2004-2006); Consultor no Grupo de Planeamento e Otimização de Lisboa da MOTOROLA (2002-2003); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência ONIWAY Infocomunicações (2001-2002); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência NORTEL Networks Suíça e Espanha (2000-2001); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência ERICSSON España, S.A. (1999-2000); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência OPTIMUS Telecomunicações, S.A. (1998-1999).

5. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE):

As evidências da apresentação na Inspeção-Geral de Finanças e ao Conselho Fiscal de declaração, de cada um dos membros do Conselho de Administração, indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente,

na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 52º, nº 9 do RJSPE), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses, constam do capítulo XI – ANEXOS DO RGS, deste documento.

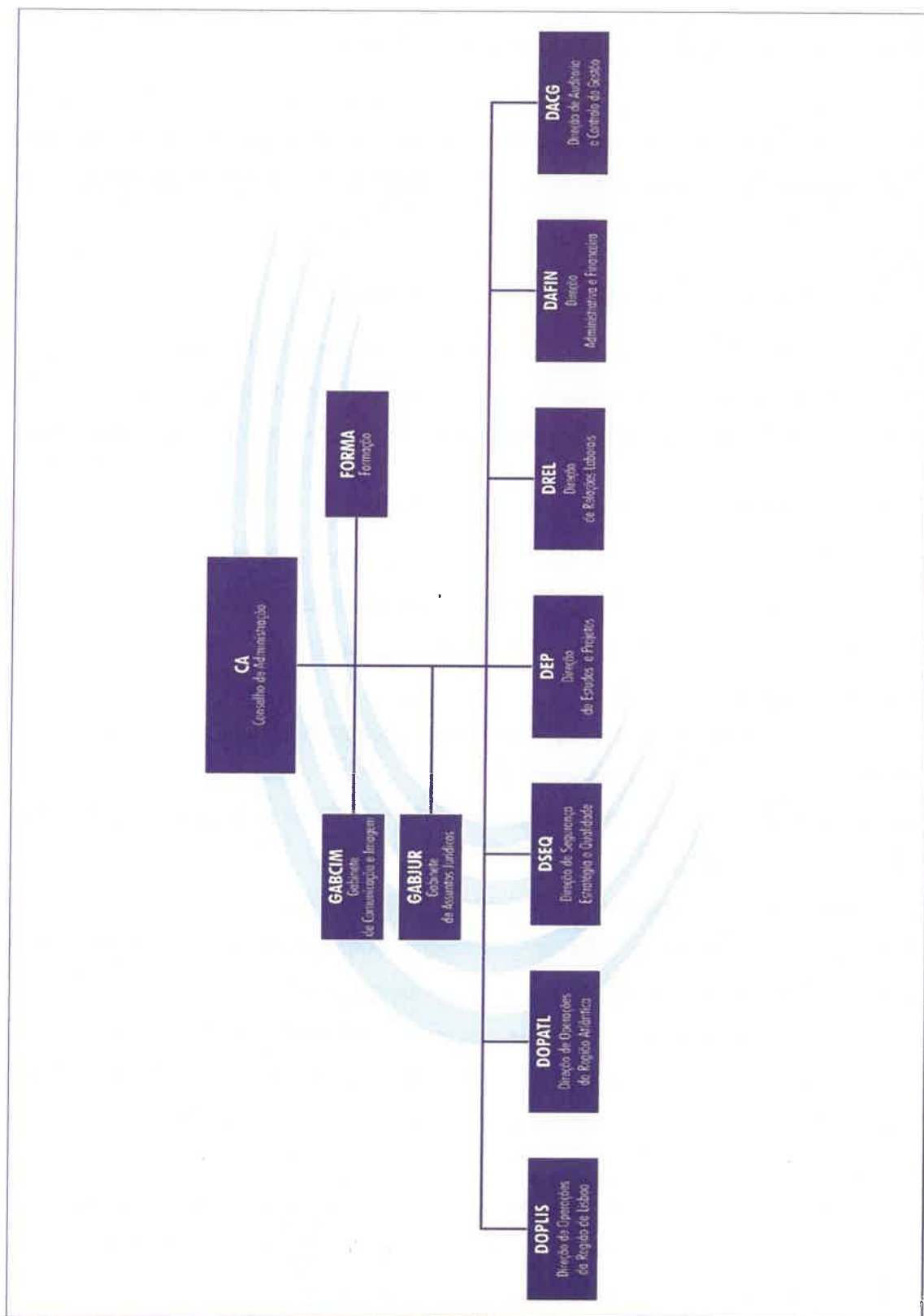
6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas:

Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerceu em simultâneo em outras empresas qualquer outro cargo ou atividade relevante no decurso do ano de 2017, conforme resulta da nota curricular de cada um, reproduzida no presente Relatório.

Acresce que os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único (o Estado Português).

7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade:

Estrutura Funcional



A Missão atribuída a cada órgão da estrutura da Empresa foi objeto de deliberação do Conselho de Administração e sintetiza-se nos termos seguintes:

DOPLIS – Direção de Operações da Região de Lisboa

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (safety & security) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Lisboa.

DOPATL – Direção de Operações da Região Atlântica

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (safety & security) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria.

DSEQ – Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade

Promover e garantir com base nas normas nacionais e internacionais em vigor, a definição da política de segurança operacional (Safety) da Empresa, assegurar a sua aplicação e fornecer informação regular ao Conselho de Administração sobre a situação da Empresa nesta área.

Definir procedimentos e rotinas operacionais e de manutenção, assegurando a sua harmonização e consistência na Empresa.

Elaborar indicadores que permitam uma correta análise e avaliação do desempenho operacional da Empresa.

Definir a doutrina de formação operacional ATM na Empresa.

Realizar as Inspeções de Segurança Operacional necessárias que permitam a deteção e correção de situações anómalas nos órgãos operacionais.

Coordenar a elaboração da proposta de orientação estratégica da Empresa.

Coordenar as relações da NAV Portugal com stakeholders, assegurando a definição de posições da Empresa em diversas matérias junto de organismos nacionais e internacionais.

Acompanhar os desenvolvimentos estratégicos da tecnologia do setor através do relacionamento com as entidades nacionais/internacionais relevantes, assegurando a definição de posições e pontos de vista da Empresa nesta matéria.

Assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade e Ambiente na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização



e melhoria dos sistemas a ela associados, garantindo a certificação e manutenção destes segundo as normas aplicáveis.

Desenvolver as atividades necessárias para, em colaboração com todas as áreas da Empresa, integrar nesses sistemas a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade segundo as normas aplicáveis.

Acompanhar e coordenar todas as ações no âmbito da SW FAB.

Propor ao Conselho de Administração as medidas necessárias à prossecução da política de Qualidade e Ambiente.

DEP – Direção de Estudos e Projetos

Realizar e coordenar estudos técnicos ou participar em projetos de desenvolvimento tecnológico no domínio dos sistemas de apoio à atividade de gestão de tráfego aéreo, comunicações, navegação e vigilância, em observância às normas nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

Gerir os projetos referentes aos investimentos e desenvolvimentos operacionais, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, dentro dos requisitos, prazos e orçamentos definidos.

Apoiar as Direções da Empresa com a realização de projetos de infraestruturas.

Preparar o Plano de Grandes Investimentos com a inscrição dos projetos e desenvolvimentos necessários ao cumprimento dos requisitos operacionais.

Assegurar a representação da Empresa em organismos, nacionais e internacionais, nas áreas de âmbito técnico no domínio CNS/ATM e apoiar a Empresa, na respetiva área de competência, no cumprimento de responsabilidades assumidas pela NAV Portugal perante organismos externos.

Cumprir os normativos de segurança e qualidade emanados pelos órgãos competentes.

Promover a inovação tecnológica nos sistemas de apoio ao controlo de tráfego aéreo.

Participar em projetos estratégicos de interesse específico para a Empresa.

Assegurar a gestão do espetro radioelétrico das bandas aeronáuticas.

DREL – Direção de Relações Laborais

Realizar uma eficiente gestão dos recursos humanos, no curto, médio e longo prazo de modo a garantir a disponibilidade dos meios necessários, quer em termos quantitativos



quer em termos qualitativos (capacidades e competências), para a prossecução das atividades da Empresa.

Acompanhar o clima organizacional e identificar fatores motivacionais e propor medidas para o desenvolvimento profissional e melhoria do desempenho dos trabalhadores.

DAFIN – Direção Administrativa e Financeira

Propor e assegurar a execução das medidas de política económico-financeira da Empresa.

Efetuar o planeamento financeiro e orçamental da Empresa.

Gerir os sistemas de taxas de rota e de terminal, os sistemas e tecnologias de informação e de documentação e a carteira de seguros da Empresa.

Contribuir para a definição da política de investimentos da Empresa e seu financiamento.

Definir as diretivas relativas aos Sistemas de Informação Administrativos.

Assegurar, no âmbito da Gestão de Contratos, uma política de compras comum a toda a Empresa.

DACG – Direção de Auditoria e Controlo de Gestão

Assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos requisitos regulamentares propondo e mantendo atualizado o Plano de Negócios da Empresa.

Definir o modelo de controlo de gestão que contribua para a política de planeamento estratégico da NAV Portugal, dinamizando o processo de Controlling e de Reporting na Empresa e controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos de médio e de longo prazo.

Elaborar um plano de ação que avalie a eficácia dos processos críticos de gestão, identificando riscos e recomendando medidas de mitigação.

Executar os Programas Anuais de Auditoria, acompanhando e monitorizando a implementação de medidas corretivas.

FORMA – Formação

Propor políticas de formação e assegurar a realização dos planos de formação, em articulação com as várias áreas da Empresa.



Promover, em articulação com as várias áreas da Empresa, a definição dos conteúdos programáticos de formação que satisfaçam as necessidades identificadas e a atualização contínua dos cursos a ministrar.

Colaborar na promoção de ações de formação para o exterior.

GABJUR – Gabinete de Assuntos Jurídicos

Prestar assessoria jurídica aos diversos órgãos da Empresa e ao Conselho de Administração, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade.

Assegurar o patrocínio judicial da Empresa perante as várias instâncias judiciais.

GABCIM – Gabinete de Comunicação e Imagem

Apoiar o Conselho de Administração na criação e difusão de uma boa imagem institucional da Empresa a nível nacional e internacional.

Delegação de poderes:

Por Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião de 29 de junho de 2009, procedeu-se à delegação da competência para decidir e praticar atos em matéria de gestão de pessoal, em cada um dos membros do Conselho, relativamente aos serviços compreendidos nas respetivas áreas de responsabilidade (pelouros) e, especialmente no Presidente, em relação a todas as áreas, com faculdade de subdelegação nos Diretores da sua área de responsabilidade, aprovando a Ordem de Serviço n.º 005/09, que se mantém em vigor.

No que tange à atribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração e, bem assim, à delegação e subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos, foi este assunto objeto de deliberação por parte do Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. em reunião havida em 2016 (em concreto, a 20 de Julho de 2016), na qual foi aprovada a Ordem de Serviço nº 006/2016. Esta Ordem de Serviço viria a ser publicada em Diário na República, a 14 de Setembro de 2016 (Aviso nº 11279/2016, Diário da República, 2ª Série, nº 177, de 14 de Setembro de 2016), tendo sido secundada pelos respetivos despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos.



No decurso de 2017, não houve lugar a alteração ou revogação dos despachos de delegação de poderes proferidos e publicados em 2016 e a que anteriormente se fez alusão, excetuando-se apenas o caso do despacho de delegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS), e a que se referia a alínea a) do nº 1 do Despacho nº 12666/2016, de 6 de Outubro de 2016 (publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 202, de 20 de Outubro de 2016), em virtude da mudança do respetivo titular. Nessa sequência, viria a ser publicado o Despacho nº 2032/2017, de 15 de Fevereiro de 2017 (Diário da República, 2ª Série, nº 49, de 9 de Março de 2017), referente à delegação de poderes no novo titular.

Atribuição de Pelouros:

O Conselho de Administração, a 20 de julho de 2016, na sua 1ª reunião, após ter sido nomeado por RCM, em 14 de julho, deliberou proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros, como se segue:

- Ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho:
 - A coordenação geral do Conselho de Administração;
 - A Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS);
 - A Direção de Operações da Região Atlântica (DOPATL);
 - A Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ);
 - O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR).
- À Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins:
 - A Direção de Relações Laborais (DREL);
 - A Direção Administrativa e Financeira (DAFIN);
 - A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).
- Ao Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil:
 - A Direção de Estudos e Projetos (DEP);
 - O Gabinete de Comunicação e Imagem (GABCIM);
 - A Área da Formação (FORMA).

Após 30 de Setembro de 2017, data em que o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, renunciou

às suas funções, os pelouros que lhe haviam sido anteriormente atribuídos, passaram a ser da responsabilidade do Conselho de Administração, sendo as competentes matérias objeto de deliberação deste órgão colegial, uma vez que não se procedeu a redistribuição de pelouros decorrente da mencionada renúncia.

Regras de substituição dos membros do Conselho de Administração:

Por Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião de 20 de julho de 2016, foi estabelecido que, nos casos de ausências, faltas ou impedimentos dos membros do Conselho de Administração, seriam observadas as seguintes regras:

- O Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, é substituído pela Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.^a Egídia Pinto de Queiroz Martins;
- A Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.^a Egídia Pinto de Queiroz Martins, é substituída pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho;
- O Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.^o Francisco César Ramos Fernandes Gil, é substituído pela Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.^a Egídia Pinto de Queiroz Martins;
- No caso de ausência, falta ou impedimento simultâneas de dois membros do Conselho de Administração, estes serão substituídos pelo terceiro membro do Conselho de Administração.

Todavia, tendo em conta a cessação de funções, a 30 de setembro de 2017, do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, as regras estabelecidas quanto à substituição dos membros do Conselho de Administração, deixaram de ter aplicabilidade, atenta a impossibilidade efetiva da respetiva observância.

8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo:

Funcionamento do Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração reúne ordinariamente, pelo menos quinzenalmente, e extraordinariamente sempre que o seu



Presidente o convocar, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros. A validade das deliberações depende da presença nas reuniões da maioria dos membros do Conselho, devendo ser lavradas atas de todas as reuniões, em livro próprio, assinadas por todos os membros do Conselho presentes.

Embora o n.º 1 do Art.º 5 dos Estatutos da Empresa estabeleça que o Conselho de Administração é composto por um Presidente e quatro Vogais, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro (diploma que aprovou o novo regime jurídico do sector público empresarial) os Conselhos de Administração das empresas públicas passaram a ser compostos apenas por 3 membros, em conformidade com o n.º 2 do artigo 31.º do mencionado regime jurídico.

Não sendo, porém, esta disposição de aplicação direta, havendo que a fazer refletir nos respetivos estatutos das empresas públicas, e tendo transcorrido o prazo legal de 180 dias, previsto no n.º 1 do Art.º 73º daquele diploma, sem que - no caso concreto da NAV Portugal, E.P.E. - tivesse sido aprovada a alteração estatutária nesta matéria, a composição deste órgão colegial passou, consequentemente, a ser definida nos termos das normas constantes do mencionado diploma legal, aplicando-se, por força do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, a partir do mandato imediatamente seguinte ao que se encontrava em curso no termo do mencionado prazo de 180 dias.

Tal novo mandato iniciou-se a 14 de Julho de 2016, data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros que nomeou, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, os 3 (três) novos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. (Resolução n.º 24/2016, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 148, de 3 de Agosto de 2016).

O Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. manteve a sua composição até 30 de Setembro de 2017, data em que o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, renunciou às suas funções. Nessa sequência, o Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. passou a ter apenas 2 (dois) membros em efetividade de funções, facto que, mesmo assim, e por força da aplicação do n.º 3 do Art.º 73º do novo regime jurídico do setor

público empresarial, não viria a comprometer a existência de quórum mínimo para que este órgão colegial pudesse reunir e deliberar validamente.

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas:

Destacam-se, em seguida, as principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas 36 reuniões ocorridas no ano 2017, nas quais estiveram presentes a totalidade dos Membros nomeados e em exercício de funções:

Planeamento e Controlo

- Aprovação do Relatório e Contas e de Governo Societário (versão revista) do ano 2016
- Aprovação da Base de Custos e das Taxas Unitárias de Navegação Aérea 2018
- Aprovação dos Planos de Atividade e de Grandes Investimentos para 2018
- Aprovação do Relatório e Contas e de Governo Societário do ano 2016
- Aprovação do Orçamento 2018 e do Documento Instrumentos Previsionais de Gestão 2018
- Aprovação dos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental
- Aprovação da proposta do programa anual de auditorias para 2018

Gestão de Recursos Humanos

- Aprovação da regulamentação de estágios
- Aprovação do pedido à Tutela de recrutamentos externos para 2017

Realização do Plano de Investimentos

- Adjudicação de aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito laboral
- Adjudicação de aquisição de serviços de consultadoria (aquisição do novo sistema ATM da RIV de Lisboa)
- Adjudicação de aquisição de serviços de fiscalização para acompanhamento de empreitadas na ilha de Santa Maria
- Aprovação de aquisição e instalação dos sistemas DVOR/DME para as estações de Nisa, Viseu e Porto
- Aprovação da aquisição de nova estação do sistema WAM do Norte
- Aprovação do fornecimento e instalação de radares Modo-S nas estações de Lisboa, Porto, Montejunto e Foia
- Aprovação do fornecimento e instalação do sistema VISTO (vigilância Sul, Tejo e Oeste)
- Aprovação da renovação do simulador radar NAVCASS
- Aprovação do fornecimento e instalação de um sistema de multilateração em Faro
- Aprovação da aquisição do SSI



Protocolos/Acordos

- Aprovação do protocolo de colaboração com a Fundação Portuguesa de Comunicações
 - Aprovação de diversos protocolos de cooperação relacionados com a prestação de serviços de formação, nomeadamente, ao IAC de Moçambique, a A.S.A Cabo Verde e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
 - Acordo de utilização do aeródromo Municipal de Cascais para o exercício da prestação de serviços de controlo de tráfego aéreo naquele aeródromo
-

Patrocínios

- Aprovação de diversos patrocínios no âmbito da responsabilidade social, lúdica, RH e promocional.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício:

Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerceu em simultâneo em outras empresas qualquer outro cargo ou atividade relevante no decurso do ano de 2017, conforme resulta da nota curricular de cada um, reproduzida no presente Relatório.

c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos:

Relativamente à entidade com a competência para avaliação de desempenho dos administradores executivos da NAV Portugal salientamos o disposto no artigo 6.º (avaliação do desempenho), do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que prevê o seguinte:

“1 - O desempenho das funções de gestão deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral.



2 - Nas entidades públicas empresariais, a avaliação do desempenho compete aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respectivo sector de actividade.”

Por outro lado, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da NAV, compete ao Conselho Fiscal: *“Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista, nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais”*, inexistindo norma que preveja a avaliação do desempenho individual de cada um dos administradores.

Contudo, a avaliação carece, da fixação de objetivos por parte do titular da função acionista (nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do EGP) e, tal como referido no Capítulo II do Relatório do Governo Societário, da publicação dos indicadores dos “Peers” relativos a 2016.

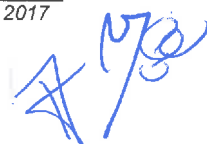
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável: Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências:

Comissões Específicas

Os contratos de gestão dos Fundos de Pensões, e o normativo legal e regulamentar obrigam à existência de uma Comissão de Acompanhamento por cada fundo:

- Fundo de Pensões NAV Complementos – Planos de Contribuição Definida e Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Contribuição Definida.

As referidas comissões encontram-se devidamente constituídas e em pleno exercício das suas funções, onde se encontram representados os Associados, Participantes e Beneficiários, não fazendo parte nenhum dos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal. Existe ainda uma Comissão de acompanhamento do Fundo de



Pensões da Empresa, criada por deliberação do C.A. em 2002, composta exclusivamente por elementos da Empresa, cujo coordenador acompanha a gestão e a monitorização dos fundos junto da Sociedade Gestora e dos consultores nesta matéria (MERCER).

Pela Ordem de Serviço do Conselho de Administração, de 26 de março de 2009, foi criada a Comissão de Ética, composta por personalidades de elevado mérito ético, moral e profissional com ligação presente ou passada à Empresa e colaboradores desta, salvaguardando o princípio do equilíbrio de género, representação geográfica e institucional. Esta Comissão é responsável pela resolução das questões suscitadas pela não observância das normas éticas de conduta contidas no Código de Ética.

As comissões específicas atrás referidas – Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões e Comissão de Ética – não se enquadram no âmbito do artº 32º, nº 2, do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, não sendo por isso referida a sua composição e a síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2016.

Além destas comissões, não se encontram constituídas na Empresa quaisquer outras comissões no órgão de administração ou de supervisão.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos:

A fiscalização da NAV Portugal, nos termos dos Estatutos da Empresa, compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e um suplente, devendo um dos membros efetivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal são designados por um período de três anos por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da tutela, contando-se como completo o ano civil em que tiverem sido designados.

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC:

Através do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia, assinado a 9 de julho de 2015, foram designados os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal, para o mandato 2015-2017, cuja composição, curricula e remuneração consta do quadro a seguir apresentado. Os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal são considerados independentes nos termos do artigo 414º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins			1.602
2015-2017	Vogal	Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro	Despacho Conjunto	09-07-2015	1.202
2015-2017	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ⁽¹⁾			1.639
2015-2017	Vogal ROC Suplente	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.			n.a.

⁽¹⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E..

Inclui IVA à taxa legal em vigor.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos:

Presidente – Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, 58 anos

Licenciada em Economia pela UNL, Pós Graduada em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos pela UAL e conclusão da fase curricular do curso de Mestrado em Gestão e Administração Pública pelo ISCSP.

Carreira Profissional: Técnico Superior e Chefe de Divisão da DGT, (1983 a 1993) e (1993 a 1996), respetivamente; Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGJCP (1996 a 1998); Técnico Superior do Gabinete de Estudos do IGCP (1998 a 2000); Assessora no Gabinete do secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2000 a 2001); Chefe de Serviço responsável pela gestão financeira do INGA (2001 a 2003); Diretora de Serviços responsável pelas áreas financeira e de património do INETI (2003 a 2005); Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006 a 2007) sendo sucessivamente Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde 2007) na DGTF. Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006 a 2007); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007 a 2009); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010 a 2012); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EP, S.A. (2007 a 2012); Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (desde 2012); Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (2011 a 2013); Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (desde 2007).

Vogal – Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, 51 anos

Licenciada em Direito pela FDUL, Pós-Graduada em Direito das Sociedades Comerciais pela UCP, encontrando-se, atualmente, em elaboração da dissertação da tese de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais na FDUL.



Carreira Profissional: Advogada e consultora jurídica de várias sociedades (1991 a 1997); Representante do acionista Estado em assembleias gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, S.A. e da ANAM, S.A.; Membro de júris de concursos admissão de pessoal e aquisições de bens e serviços; Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, do estatuto remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, da regulamentação da União Europeia sobre concessões e da ultimação da fase final de introdução do Euro; Técnica Superior no Gabinete de Apoio Jurídico da DGT (1997 a 2005); Membro da Comissão de Vencimentos de diversas empresas públicas designadamente da ANAM, S.A., APS, S.A., EGREP, EPE e AdP, S.A.; Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (2009 a 2010 e 2014); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal- Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado” (junho e julho de 2008); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal - Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado- IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado” (fevereiro e março de 2013); Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português no âmbito da Liquidação Judicial do BPP, S.A.; Técnica especialista no Gabinete do Ministro da Economia do XXI Governo Constitucional (desde a de abril de 2016 até 31 de maio de 2017); Diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação da DGTF (desde dezembro de 2005 até 31 de março de 2016; Diretora da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da DGTF (desde 1 de junho de 2017). Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa, S.A. (2006 a 2011); Vogal do Conselho Fiscal dos CTT, S.A., (2008 a 2013); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, S.A. e da IFD, S.A.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.; Vogal do Conselho Fiscal da CP, EPE (2013 a 2015) e da Navegação Aérea de Portuga- NAV Portugal, E.P.E. (desde 2015).

Formadora em cursos de Formação Profissional e em diversas ações de formação no âmbito do direito administrativo e comercial, na DGTF (1992 e 1993).



Vogal – RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Fernando da Silva Pereira, 53 anos

Bacharel em Contabilidade e administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1996, sócio e administrador da sociedade de revisores oficiais de contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.; Exerce funções na área de auditoria desde 1985 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, salientando-se, para além da NAV Portugal, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., e a Docapesca – Portos e Lotas, SA pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Exerceu as funções de assessor e consultor da Inspeção Geral de Finanças e do Instituto de Financiamento e Desenvolvimento Regional em projetos cofinanciados por fundos comunitários. Responsável pelo trabalho de campo de auditoria a projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e pelo fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Responsável por investigações de compra (*due diligence*) no âmbito de aquisições de participações financeiras ou de outros ativos.

Vogal ROC Suplente – Luis Francisco Pereira Rosa 60 anos

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL).

Carreira profissional: Revisor oficial de contas desde 1990 e sócio da RCA – Rosa, Correia & Associados. Iniciou a atividade de auditoria em 1983 na Coopers & Lybrand onde atingiu a posição de *partner*, função que desempenhou de 1994 a 1997. Neste ano transitou para a Auren, SROC, sociedade de que foi fundador e onde exerceu funções até 2007. No âmbito da atividade de revisor oficial de contas tem participado em inúmeros trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrado, quando aplicável, os respetivos órgãos de fiscalização. No passado, foi Fiscal Único de diversas empresas públicas

portuguesas, destacando-se a ANA – Aeroportos de Portugal, SA e a ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira SA. Tem sido ainda responsável por trabalhos de auditoria às contas de diversos projetos de desenvolvimento em Angola, financiados pela Agência Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento e às contas de diversas empresas angolanas, país onde obteve a qualificação profissional de Perito Contabilista.

4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

Competência e funcionamento do Conselho Fiscal

Está atribuído ao Conselho Fiscal o exercício de todas as competências e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial (cfr. artigo 420.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais) e, em especial, fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas, sobre os relatórios trimestrais da execução orçamental e sobre o plano de atividades e orçamento da mesma e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa.

O Conselho Fiscal reúne com periodicidade mínima trimestral, cabendo ao seu Presidente a convocação das reuniões por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo delas ser lavradas atas, em folhas soltas, nos termos legais, assinadas por todos os membros que naquelas tenham participado.

Por Despacho conjunto de 9 de julho de 2015 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi nomeado o Conselho Fiscal da NAV para o triénio 2015-2017. As principais funções do Conselho Fiscal compreenderam, relativamente ao período de 2017:

- A análise da execução orçamental do período de janeiro a dezembro de 2017, numa base trimestral, baseada nos relatórios preparados pela Direção de Auditoria e Controlo de Gestão e em detalhes e esclarecimentos dos serviços;

- A emissão de parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão para o período de 2018;
- A emissão do Relatório e parecer sobre as demonstrações financeiras de 2017;
- O acompanhamento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC decorrentes dos serviços não taxáveis e das contribuições para os fundos de pensões;
- A análise da evolução dos principais indicadores operacionais e financeiros;
- A aferição da evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, com a atualização introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 6 de abril;
- A verificação das demais obrigações legais a que a Empresa está sujeita;
- A leitura das atas e o acompanhamento das matérias mais relevantes na Administração da Empresa.

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro:

Durante o ano de 2017, o Conselho Fiscal realizou sete reuniões formais (conforme mapa abaixo), analisou informação contabilística, apreciou os documentos de prestação de contas de 2016, emitindo o correspondente relatório e parecer, acompanhou e apreciou a execução trimestral, apresentando os respetivos relatórios à tutela, e emitiu parecer sobre o plano de atividades e orçamento para 2018.

Nº reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do C Fiscal
2	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC Dr. José Alfaia (DAFIN), Dra Egidia Martins e Eng. Francisco Gil (C.A.)	não se verificaram ausências
5	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra. Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC	não se verificaram ausências

Nas reuniões acima referidas incluem-se as efetuadas com os membros que integravam o anterior e o atual Conselho de Administração, bem como com os Auditores Externos a propósito das contas do período e condução da auditoria. Foram promovidos contactos e reuniões periódicas, essencialmente através do membro



revisor oficial de contas, com os responsáveis da Direção de Estudos e Projetos, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Auditoria e Controlo de Gestão, Direção de Relações Laborais e Gabinete Jurídico, para prestação de esclarecimentos complementares referentes a matérias de gestão e controlo, sobre temas das respetivas áreas.

Como anteriormente referido o Revisor Oficial de Contas (ROC) integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E..

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício:

Presidente Maria Fernanda Joanaz Silva Martins:

- Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A.
- Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Docapesca-Portos e Lotas, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, S.A.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP-Águas de Portugal, S.A

Vogal Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro:

- Diretora da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da DGTF
- Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), em representação do Estado, no âmbito da Liquidação Judicial que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.

c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo:

Nunca foram solicitados ou contratados quaisquer outros serviços ao auditor externo envolvendo ou não o respetivo Revisor. Caso tal fosse considerado, caberia ao Conselho Fiscal analisar a natureza dos serviços, a possibilidade legal de poderem ser executados em simultâneo com a prestação de serviços de auditoria e a existência de ameaças à independência do auditor externo.

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras:

Não aplicável.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos:

O membro ROC suplente exerce as funções cometidas aos revisores de contas em regime de exclusividade.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, inscrita na OROC sob o nº 143 e na CMVM sob o nº 5946, foi nomeada membro do Conselho Fiscal da NAV Portugal em 9 de julho de 2015, conforme Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, representada pelo sócio Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC 931).

O representante da SROC, Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, apenas exerce as funções de revisor oficial de contas, enquanto sócio da sociedade, conforme consta nos dados curriculares.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade:

Vide ponto seguinte.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

A SROC – RCA Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., foi nomeada vogal Revisor Oficial de Contas do Conselho Fiscal da NAV através do Despacho nº 9213/2008, de 13 de março, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e Adjunto, das Obras Públicas, e das Comunicações para o triénio de 2008 a 2010. Não tendo ocorrido nomeação em 2011, mantiveram-se em funções até nova nomeação.

Face ao disposto no nº 2 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, procederam em abril de 2015 à rotação do sócio responsável pela revisão legal das contas (substituição do Dr. Gabriel Correia Alves pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira).

Em 9 de julho de 2015, por Despacho dos Ministérios das Finanças e da Economia, foram nomeados como vogal ROC para o mandato 2015-2017.

Quadro resumo da informação da SROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo ⁽¹⁾	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº de insc. OROC	Nº Reg. na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2015-2017	ROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		3
2015-2017	ROC Suplente	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		3

⁽¹⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

Nome	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta ^(a) (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	19.668	n.a.	n.a.	19.668
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Luis Francisco Pereira Rosa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(a) IVA incluído (taxa legal em vigor 23%)



4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável:

Não aplicável.

F. Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

Em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2015, e no decurso do processo de contratação desencadeado e acompanhado pelo Conselho Fiscal, após convite dirigido às principais firmas de auditoria foi estabelecido o contrato NAV nº 2016/01/SERV/DAFIN, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – ACAD – (nº 20161408), com registo na CMVM (nº 2699), representada pelo Sócio Gerente ROC, Senhor Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, para a prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras anuais, para o triénio 2015-2017, abrangendo:

- Realização de auditoria, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, sobre as demonstrações financeiras da NAV Portugal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- Elaboração de relatórios expressando se tais demonstrações financeiras mostram, em todos os aspetos materialmente relevantes e de forma apropriada, a posição financeira, os resultados e os fluxos de caixa de cada período.

O trabalho de auditoria é acompanhado pelo Conselho Fiscal através de reuniões de planeamento e de conclusão dos trabalhos, sem prejuízo do maior contacto estabelecido através do membro ROC do Conselho Fiscal.



O Conselho Fiscal faz uma avaliação regular, pelo menos em termos anuais, do trabalho desenvolvido, das conclusões comunicadas e do cumprimento dos prazos estabelecidos.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2017 (€)			
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Alves da Cunha, A Dias & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	74	2699	13-01-2016	2015-2017	21 525	n.a	n.a	21 525

⁽¹⁾ Iniciado contrato, a 13.01.2016, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (IVA incluído)

O valor da remuneração paga ao auditor externo, em 2017, foi de € 21.525.

2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita:

Sendo a NAV Portugal uma entidade de interesse público, obedece às regras de independência e rotatividade que devem assistir à designação dos órgãos encarregues da auditoria, nomeadamente o previsto no Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação:

Não foram solicitados ou contratados quaisquer outros serviços ao Auditor Externo para além dos serviços de auditoria às Demonstrações Financeiras.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da

percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:

Unidade : euros

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	21.525	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	21.525	100%
Por entidades que integram o grupo(inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas		
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pelas entidades do Grupo ao Auditor Externo	-	-

7812

VI-ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade:

Os Estatutos da NAV Portugal, E.P.E. foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de Abril.

Face à entrada em vigor do novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em cumprimento do disposto no seu n.º 1 do artigo 73.º, a NAV Portugal, E.P.E. procedeu à adaptação dos seus Estatutos e remeteu à tutela a sua proposta de Estatutos, dentro do prazo de 180 dias contados da data da entrada em vigor deste diploma, aguardando a sua competente aprovação.

Sendo a NAV Portugal, E.P.E. uma entidade pública empresarial, qualquer alteração aos seus Estatutos é realizada através de decreto-lei, em conformidade com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.


2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade:

As eventuais irregularidades detetadas na Empresa são avaliadas, em última análise, pelo Conselho de Administração, que decide sobre a evolução dos processos e a sua comunicação.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional:

A prevenção da Corrupção bem como a sua gestão é da responsabilidade conjunta do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

No caso da prevenção de corrupção, e dando execução à Recomendação n.º 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção



e Infrações Conexas que prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no endereço da Empresa na internet www.nav.pt.

A fim de avaliar a efetividade, utilidade, eficácia e eventual reformulação das medidas preventivas adotadas, incluídas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a Empresa adota as seguintes estratégias:

- O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e a Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG), elaboram e apresentam anualmente ao Conselho de Administração, um Relatório relativo à aferição da efetividade, utilidade, eficácia e eventual correção das medidas adotadas em matéria de prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas, propondo as alterações ao respetivo Plano que forem julgadas convenientes e/ou necessárias;
- A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) inclui no seu Programa Anual de Auditorias, a realização de ações de auditoria interna, com especial incidência no cumprimento das normas e requisitos legais/regulamentares dos procedimentos relativos à contratação pública, e nas medidas de prevenção previstas no referido Plano de Gestão de Riscos.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade):

A Função Gestão de Riscos na NAV Portugal, por razões decorrentes da especificidade da atividade, está disseminada pela Estrutura orgânica da Empresa e, em termos metodológicos, é um elemento central do sistema de gestão da qualidade o Sistema de Gestão Integrado (SGI), descrita nos respetivos processos e procedimentos que compõem a documentação de suporte ao sistema.

O facto de a Empresa estar certificada, desde 2005 no normativo ISO 9001:2015 e desde 2010 na vertente Ambiental do normativo ISO 14001:2015, tem como

consequência a realização de avaliações periódicas das dimensões relevantes para a atividade, na qual se inclui a gestão dos riscos.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida:

A função de gestão e monitorização dos riscos tipificados, ainda que na dependência hierárquica e funcional do Conselho de Administração (vide organograma – página. 19) está distribuída por vários órgãos da estrutura.

A gestão e a monitorização dos riscos de natureza Operacional e Técnica é atribuição da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ).

A identificação de oportunidades de melhoria é atribuição da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) que tem também a responsabilidade de mitigar e avaliar a gestão dos Riscos Económico-financeiros e Administrativos identificados pela estrutura.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas:

Não aplicável.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade:

Vide ponto 1.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos:

Na área de negócio da Empresa – a prestação de serviços de tráfego aéreo – já estão instituídas práticas e procedimentos de Gestão dos Riscos inerentes às atividades

Operacionais e Técnicas. Decorrentes do cumprimento de regulamentos internacionais, estes normativos permitem a identificação, a análise e a mitigação dos efeitos dos perigos, inerentes ao sistema ATM/CNS e AIM, de forma estruturada.

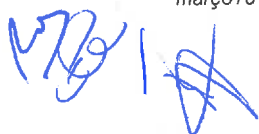
No *Manual de Segurança Operacional*, do processo *PGS - 67 Gestão da Segurança Operacional*, encontram-se as disposições de como proceder para assegurar que os riscos associados aos perigos, são sistematicamente e formalmente identificados, avaliados e geridos dentro dos limites de segurança da Organização.

Como neste negócio, as atividades económico-financeiros, administrativa e legais são áreas de suporte e acessórias, considerou-se suficiente para assegurar a uniformidade de princípios na Gestão de Risco, o definido no *PGS-63 Gerir os Recursos Financeiros e Materiais*.

Neste processo estão os procedimentos de controlo orçamental e relato financeiro, que abrangem as atividades relacionadas com a alocação recursos, processamento e contabilização de transações. Inclui igualmente o cumprimento de obrigações legais e fiscais, aquisição de bens e serviços, encontrando-se prevista a devida articulação entre o cumprimento financeiro e jurídico das disposições aplicáveis.

Ainda no que respeita à gestão e à monitorização dos riscos de natureza Económico-financeiros e Administrativos, que a Empresa deve prevenir no exercício da sua atividade, os mesmos estão estabelecidos pelo modelo económico seguido na prestação de serviços de navegação aérea e cuja monitorização está atribuída aos reguladores nacionais (ANAC) e internacionais (Comissão Europeia), nos termos dos regulamentos em vigor.

Acresce que, na vertente interna, para além da relevância das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal nesta matéria, o controlo interno destes riscos na NAV Portugal é verificado e analisado através da realização de auditorias independentes, solicitadas pelos órgãos sociais e também através das auditorias internas efetuadas pela DACG nos domínios financeiro e administrativo (Recursos Humanos e dos Sistemas de Informação).



Complementarmente, a auditoria independente às contas da Empresa foi realizada pela empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., estando atribuído ao Conselho Fiscal *“o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e em especial fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa”*.

No que respeita aos Riscos Operacionais e Técnicos importa referir que enquanto prestadora de um serviço público, a NAV Portugal opera num ambiente regulado, onde a ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil), na sua qualidade de Autoridade Supervisora Nacional, assegura as condições de Certificação da Empresa, como prestador de serviços de navegação aérea, nos termos do Regulamento (CE) N° 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do Regulamento de Execução (UE) N° 1035/2011, da Comissão, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) N° 923/2012, de 26 de setembro.

Em conformidade, a ANAC declarou na emissão de certificado respetivo, a conformidade da Empresa com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância).

Além da prevenção e do controlo de riscos a DSEQ assegura também as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade de serviço prestado pela Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas e da infraestrutura a ela associados.

À DACG está atribuída a responsabilidade da realização do programa anual de auditorias internas, nas áreas operacionais e técnicas que estão preceituadas no Regulamento (UE) N° 1035/2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) N° 923/2012, da Comissão, de 26 de Setembro.



A DACG é igualmente responsável pelo sistema de controlo de gestão, que monitoriza o processo de planeamento estratégico da NAV Portugal, controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos, de médio e longo prazo, assegurando também os procedimentos de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa.

Finalmente, a NAV Portugal, E.P.E. contrata diversos seguros que mitigam as consequências de eventos incertos mas potencialmente desfavoráveis ao exercício da sua atividade, como sejam, entre outros: o de Responsabilidade Civil de Aviação, de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Patrimonial 'Terrorismo/Sabotagem', de Responsabilidade Ambiental e de Saúde.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade:

A NAV Portugal identificou as seguintes tipologias de riscos e respetivas naturezas:

- **De natureza económica** – existe um risco económico associado ao comportamento do tráfego e da inflação face ao previsto nos planos de desempenho, que se encontra minimizado/controlado pelo modelo de regulação europeia aplicável à prestação de serviços de navegação aérea.
- **De natureza financeira** – o risco de não recebimento do valor dos serviços prestados é diminuto para os serviços de rota, dado Portugal ser parte integrante do sistema europeu de cobrança de taxas de rota, tendo os valores incobráveis sido inferiores a 0,2%, nos últimos anos, para a totalidade dos Estados Membros do Eurocontrol. A mesma tendência tem sido constatada para a atividade de terminal.
- **De natureza operacional** – existem riscos ao nível dos equipamentos e dos recursos humanos que podem por em causa a cabal prestação de serviços a que a Empresa está comprometida, embora mitigados pela arquitetura da operação e pela existência de planos de contingência.
- **De natureza jurídica** – um dos principais riscos da atividade da NAV Portugal, E.P.E. prende-se com os eventuais efeitos danosos resultantes do serviço público de apoio à navegação aérea que, legal e estatutariamente lhe está

cometido, o qual é prestado ao abrigo de inúmera regulamentação internacional e comunitária, em especial a que decorre dos quadros jurídicos do Céu Único Europeu e da contratação pública.

Esta pluralidade de normativos visa, principalmente, assegurar adequados níveis de segurança da atividade (nas vertentes de *safety* - segurança operacional da aviação civil e *security* - segurança física de pessoas e bens), a proteção do meio ambiente e a existência de um mercado comunitário concorrencial de contratos públicos de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços.

Consequentemente, as sucessivas alterações legislativas e regulatórias implicam uma especial e constante adaptação desta empresa às novas realidades, com as correspondentes consequências legais resultantes do seu eventual incumprimento.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos:

Vide ponto 5.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira:

Vide ponto 5.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta:

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em



moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, então aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial.

À luz do preceituado no Artigo 14º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, diploma que veio consagrar o novo regime do setor público empresarial e, consequentemente, revogar o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro e as suas posteriores alterações, a NAV Portugal, enquanto entidade pública empresarial rege-se pelo direito privado, com as especificidades decorrentes do referido regime jurídico do sector público empresarial, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei nº 35/99, de 26 de Maio e pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril e pelos respetivos Estatutos.

A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos a:

- aquisição de bens e serviços – contém os princípios orientadores de gestão da NAV Portugal, E.P.E., para uniformização dos procedimentos, rigor no cumprimento dos objetivos orçamentais e uma maior responsabilização por parte dos utilizadores
- caixa e bancos – definição de procedimentos relativos à elaboração e controlo de execução do orçamento de tesouraria, gestão das necessidades e excedentes de tesouraria, bem como, o processamento de pagamentos e recebimentos e de fundo fixo de caixa;
- faturação e controlo de crédito – definição de procedimentos relacionados com a faturação de serviços de controlo terminal, publicações AIS, ações de formação e outros, bem como, a respetiva cobrança e controlo de crédito, processamento de informação referente à faturação e cobrança de serviços de rota, análise e resposta a reclamações de clientes e da Eurocontrol.

De referir também, o Código de Ética e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (vide páginas 56 e 57).

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, diploma que viria ainda a ser alterado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de julho.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A atividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:

Legislação Nacional

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos (entretanto alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril), confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores, seja ainda, por força do Despacho n.º 7467/2015, de 30 de Junho de 2015, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, na prestação de serviços de tráfego aéreo de controlo de aeródromo no aeródromo de Cascais.

No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto a matéria referente às taxas de terminal é regulada pelo Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro, este último objeto de alteração pelo Decreto-Lei nº 108/2013, de 31 de julho.

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, *“até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P.”*, situação que tem vindo a manter-se.

Legislação Comunitária

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;
- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade, os quais constituem o I Pacote do Céu Único Europeu e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

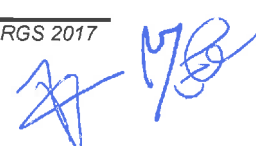
Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pela ANAC, enquanto autoridade supervisora nacional que assegura a implementação do Céu Único Europeu, a NAV Portugal foi designada pelo Despacho nº 7467/2015, de 30 de Junho, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 130, de 07 de julho), para a prestação



de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviços de Informação de Voo (FIS) e Serviços de Alerta (AL). O Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pela ANAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2015-2018.

Além dos Regulamentos principais acima referenciados, existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

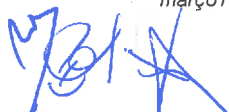
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 923/2012 da Comissão, de 26 de setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1035/2011 e os Regulamentos (CE) n.ºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) n.º 255/2010;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013 da Comissão, também de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea,
- Regulamento de Execução (UE) n.º 657/2013 da Comissão, de 10 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 970/2014 da Comissão, de 12 de setembro, que altera o Regulamento (UE) n.º 677/2011, que estabelece as regras de execução para a implementação das funções de rede na gestão do tráfego aéreo (ATM);



- Regulamento de Execução (UE) nº 1028/2014 da Comissão, de 26 de Setembro, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu,
- Regulamento de Execução (UE) nº 1029/2014 da Comissão, de 26 de setembro, que altera o Regulamento (UE) nº 73/2010 da Comissão, que estabelece os requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu,
- Regulamento de Execução (UE) 2015/310 da Comissão, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento (CE) nº 29/2009, que estabelece os requisitos aplicáveis aos serviços de ligações de dados no céu único europeu e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 441/2014,
- Regulamento (UE) 2015/340 da Comissão, de 20 de fevereiro, que estabelece os requisitos técnicos e os procedimentos administrativos relativos às licenças e aos certificados dos controladores de tráfego aéreo, em conformidade com o Regulamento (CE) nº 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 923/2012 da Comissão, e que revoga o Regulamento (UE) nº 805/2011 da Comissão,
- Regulamento de Execução (UE) 2016/1185 da Comissão, de 20 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 923/2012 no que se refere à atualização e finalização das regras do ar comuns e das disposições operacionais no respeitante aos serviços e procedimentos de navegação aérea (SERA-Parte C) e que revoga o Regulamento (CE) nº 730/2006, e
- Decisão de Execução (UE) 2016/2296 da Comissão, de 16 de dezembro, que cria o grupo de peritos independente designado como órgão de análise do desempenho do céu único europeu.

No decurso de 2017 foram ainda aprovados, entre outros, os seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Execução (UE) 2017/2160 da Comissão, de 20 de novembro, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1079/2012 da Comissão no respeitante a determinadas remissões para as disposições da OACI;
- Regulamento de Execução (UE) 2017/373 da Comissão, de 1 de março, que estabelece requisitos comuns para os prestadores de serviços de gestão do tráfego



aéreo/de navegação aérea e de outras funções de rede da gestão do tráfego aéreo e respetiva supervisão, que revoga o Regulamento (CE) nº 482/2008, os Regulamentos de Execução (UE) nº 1034/2011, (UE) nº 1035/2011 e (UE) nº 2016/1377 e que altera o Regulamento (UE) nº 677/2011, e

- Regulamento de Execução 2017/386 da Comissão, de 6 de março, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu.

Legislação internacional

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 19 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar”, o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo e o Anexo 19 que visa a gestão da segurança operacional;
- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea “EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo nº 28/83, de 28 de abril e,
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo nº 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando um sistema uniforme de estabelecimento e cobrança de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

2. Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos.




Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE):

O Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o Código de Ética aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

Nos termos do Código de Ética, “a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta aos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comumente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente.”

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional e com o comportamento das pessoas que integram a Empresa, bem como, com as relações que se estabelecem com as suas Partes Interessadas, assente em práticas de responsabilidade social, ambiental e domínios para além dos constantes no quadro jurídico-normativo a que a Empresa se encontra obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação



como uma empresa responsável perante a sociedade. O referido documento consta na página da internet da Empresa www.nav.pt. (<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/organiza/etica/código-de-ética>).

3. Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE):

No caso da prevenção de corrupção, e dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no endereço da Empresa na internet www.nav.pt.

Neste âmbito, a Empresa cumpre o disposto no n.º1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 13 de outubro, elaborando e divulgando na página da internet da Empresa www.nav.pt, o relatório anual de monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira>).

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE):

Em cumprimento do artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, é utilizada a plataforma SIRIEF para o reporte de informação económica e financeira.

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo:

No que respeita a garantias financeiras não há qualquer responsabilidade da NAV Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2017.

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar:

Os objetivos definidos nos Instrumentos Previsionais de Gestão 2017, são monitorizados e divulgados na referida plataforma, veiculados nos relatórios trimestrais de execução orçamental e relatório anual, não tendo sido comunicadas pelas Tutelas quaisquer medidas corretivas dos desvios reportados.

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento:

Os Instrumentos Previsionais de Gestão 2018 foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas, Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, Diretora-geral do Tesouro e Finanças e ao Inspetor-geral de Finanças através das cartas 009/010/008 e 011/CA/2018, de 23 de janeiro, respetivamente.

O referido documento consta na página da internet da Empresa [\(www.nav.pt\)](http://www.nav.pt).
(<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/informação-sobre-a-empresa>).

d) Orçamento anual e plurianual:

Vide alínea c)



e) Documentos anuais de prestação de contas:

Os documentos anuais de prestação de contas, referentes ao ano de 2016, foram enviados, em 28 de abril de 2017, aos Chefes de Gabinete de Suas Exas. Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas e Secretário de Estado do Tesouro, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ao Tribunal de Contas e à Inspeção-geral de Finanças, através das cartas: 098/099/097 e 100/CA/2017 de 28 de abril.

A divulgação, em forma desmaterializada, dos referidos documentos, foi feita, na data atrás referida, através do Sistema de Recolha de Informação Económica e financeira (SIRIEF), através da aplicação informática disponibilizada para o efeito no sítio eletrónico do tribunal de Contas e no sítio eletrónico da NAV Portugal.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização:

Os Relatórios trimestrais de execução orçamental foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas e Secretário de Estado do Tesouro, Direção-geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-geral de Finanças, através das cartas 121 a 124/CA/2017, de 17-05-31 (1º Trimestre), 165 a 168/CA/2017, de 17-09-06 (2º Trimestre) e 206 a 209/CA/2017, de 17-12-13 (3º Trimestre), respetivamente.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE):

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/princípios-de-bom-governo>

E. Sítio da Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):

Está disponível no sítio de Internet da Empresa www.nav.pt, um conjunto de informações referentes a atividade da NAV Portugal nomeadamente:

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC:

<https://www.nav.pt/nav/contactos>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões:

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/estatutos>

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/princípios-de-bom-governo>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios:

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/organiza>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais:

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/relat%C3%B3rio-e-contas>

e) Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público:

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/informação-sobre-a-empresa>

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios:

<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/princípios-de-bom-governo>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

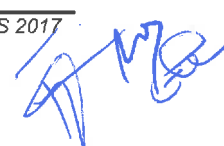
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE):

Não aplicável (vide ponto 2.)

2. Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência do seguinte:

- a. que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;**
- b. que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e**
- c. que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.**

Nos termos do disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a NAV Portugal, como entidade pública empresarial a quem foi confiada a prestação do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, em conformidade com os seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, elabora e apresenta ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, proposta de contratualização da prestação deste serviço, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, o qual



determina que “compete exclusivamente aos ministérios sectoriais definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização”.

A NAV Portugal, E.P.E. aguarda a definição do nível de serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, a fim de elaborar e apresentar a mencionada proposta de contratualização da prestação deste serviço. Acresce que não foi igualmente celebrado com o titular da função acionista contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas, porquanto o financiamento da prestação de serviços de navegação aérea é assegurado através das taxas de navegação aérea (rota e terminal) cobradas aos Utilizadores dos serviços de navegação aérea, não sendo a Empresa beneficiária de indemnizações compensatórias.

VII-REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade:

As remunerações dos órgãos sociais:

- Do Conselho de Administração - são determinadas em função dos diplomas legais de fixação das remunerações decorrentes da aplicação do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro);
- Do Conselho Fiscal - são determinadas por despacho conjunto das tutelas governamentais, financeira e técnica;

As remunerações dos Dirigentes são determinadas por Acordo de Empresa que estabelece a tabela salarial.

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE):

Com vista a salvaguardar eventuais conflitos de interesses, o Conselho de Administração da NAV Portugal adotou, como boa prática, uma política que visa assegurar a independência da sua atuação enquanto órgão de administração. Assim, e em conformidade, cada membro do Conselho abstém-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. De referir que esta prática se estende a toda a estrutura organizativa da Empresa.

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstém de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas:

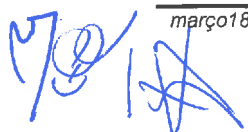
Nos termos do estipulado na legislação aplicável, no início do seu mandato os membros do Conselho de Administração da NAV Portugal deram cumprimento às obrigações declarativas, dos gestores públicos, de controlo de riqueza e de inexistência de impedimentos e incompatibilidades:

- Entrega no Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais (cfr. Lei nº 4/83, de 2 de abril, com as alterações posteriores, designadamente as efetuadas pela Lei nº 38/2010, de 2 de setembro);
- Entrega na Procuradoria-Geral da República de declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos no exercício do cargo de gestor público (cfr. Lei nº 64/93, de 26 de agosto, aplicável por remissão do artigo 22º, nº 9 do Novo Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro),
- Entrega na Inspeção-Geral de Finanças e ao Conselho Fiscal de declaração indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 22º, nº 9 do EGP), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses,
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro) e,
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio:

Não existe Comissão de Fixação de Remunerações (vide ponto anterior).



C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização:

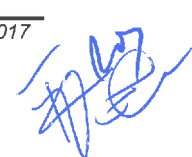
A política de remuneração do Conselho de Administração encontra-se definida em função das disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro), tendo ainda em consideração, quer as disposições constantes das Resoluções do Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 32, de 14 de fevereiro e nº 36/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 61, de 26 de março.

Considerando que a NAV Portugal é uma entidade pública empresarial, a fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, foi efetuada com base nas disposições legais supramencionadas, designadamente através das referidas Resoluções do Conselho de Ministros, não lhe sendo consequentemente aplicável as regras previstas para as sociedades anónimas, as quais preveem a fixação das remunerações do órgão de administração, pela respetiva assembleia geral ou por uma comissão de remunerações designada por aquela.

A política de remuneração do Conselho Fiscal encontra-se definida em função do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia, assinado a 9 de julho de 2015.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade:

Atentas as disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público que presidiram à definição das remunerações do Conselho de Administração, entende-se que tal definição foi estruturada, tendo em atenção a complexidade, exigência e responsabilidade, decorrentes da natureza da missão e das atribuições estatutárias cometidas à NAV Portugal, garantindo-se assim, o alinhamento dos interesses dos



membros do Conselho de Administração, com os interesses de longo prazo da Empresa.

Durante o ano de 2017 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. De referir o facto de, atentas as disposições legais previstas no nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da aplicação das reduções remuneratórias.

Contudo, a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente:

Nos termos da legislação anteriormente referida que define o quadro retributivo dos Gestores Públicos, a remuneração dos membros do Conselho de Administração integra o vencimento mensal e um abono mensal para despesas de representação, no valor de 40% do respetivo vencimento mensal.

Não existem quaisquer componentes variáveis da remuneração, bem como quaisquer diferimentos remuneratórios.

4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento:

Não aplicável (vide ponto anterior).

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio:

Em 2017, não se verificou a assinatura de quaisquer contratos de gestão e reflexamente a atribuição de quaisquer prémios de gestão.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais:

Os membros do Conselho de Administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, especificamente definidos.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
Albano Manuel Carvalho Coutinho ⁽¹⁾	Sim	A	5.722,75	2.289,09
Egídia Pinto de Queiroz Martins	Sim	A	4.578,20	1.831,27
Francisco César Ramos Fernandes Gil	Sim	A	4.578,20	1.831,27

⁽¹⁾ Cessou funções a 30 de setembro de 2017.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração anual 2017 (€)					
	Fixa	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Albano Manuel Carvalho Coutinho	88.931	n.a.	88.931	4.447	n.a.	84.485
Egídia Pinto de Queiroz Martins	86.070	n.a.	86.070	4.304	n.a.	81.767
Francisco César Ramos Fernandes Gil	86.070	n.a.	86.070	4.304	n.a.	81.767
			261.072	13.054	n.a.	248.018

⁽¹⁾ Cessou funções a 30 de setembro de 2017.

Membros do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Sub. Ref.		Regime de Proteção Social	Seguro de Vida		Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade		Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade		Ident.	Encargo anual da entidade
Albano Manuel Carvalho Coutinho	10,19	1227	CGA	8.411	0	530	Seg. Ac. Pessoais/SMP	75
Egídia Pinto de Queiroz Martins	10,19	2114	Seg. S.	19.684	0	706	Seg. Ac. Pessoais/SMP	84
Francisco César Ramos Fernandes Gil	10,19	1792	Seg. S.	19.663	0	706	(A)	824
		5133		47.757	0	1.942		983

(A) Seg. Ac. Pessoais / Compl. Abono Família / SMP / Subs. Mat. Escolar



2. Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum:

Os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração de outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos:

Os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer verba a título de remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamentos de prémios.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício:

Os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer verba referente a indemnizações por cessação das suas funções durante o período.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração anual 2017 (€)			
	Bruto (1)	Redução Remuneratória ^(a) (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	22.433	1.122	0	21.312
Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro	16.825	841	0	15.984
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ^(b)	19.668	n.a.	0	19.668
	58.926	1.963	0	56.963

^(a) Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

^(b) Inclui IVA à taxa legal em vigor

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

VIII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência:

Após análise ao universo das transações que ocorrem na NAV Portugal, considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea Portuguesa (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FAP e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com a Autoridade Nacional de Aviação Civil, I.P. (ANAC), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se os valores respeitantes a esses serviços, nos anos de 2016 e 2017.

Unidade: euros

Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2017	2016
Meteorológicos	IPMA	7 229 414	7 075 045
Busca e Salvamento	FA	6 275 086	6 277 402
	Marinha	2 185 895	2 141 214
Entidade Supervisora Nacional	ANAC	1 118 235	1 112 720
TOTAL		16 808 630	16 606 380



2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços:

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões cento e oitenta e seis mil euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos e catorze mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt, prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos



- procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos, devem ser exercidas de forma centralizada e diretamente, ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;
 - A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição;
 - Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos



aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,

- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado:

Fornecedor	Valor c/ IVA
AEROPATH LIMITED	31.578,00 €
FORMAÇÃO EM SOFTWARE DE DESENHO DE PROCEDIMENTOS PHX	31.578,00 €
AIRTEL	49.000,00 €
SOFTWARE PROTOCOL DECODER TOOL	49.000,00 €
ALBERTO COUTO ALVES	6.767,83 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MASTROS DE BANDEIRAS	6.767,83 €
ALCATEL	8.678,88 €
CARTAS ETHERNET	8.678,88 €
ALDINI	58.176,54 €
UPGRADE DOS RADIOS JOTRON	58.176,54 €
ANTONIO M C GANHÃO	10.516,50 €
TRABALHOS DE MANUTENÇÃO NOS EDIFÍCIOS 7 E 121	10.516,50 €
APCER	14.089,65 €
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DE QUALIDADE E AMBIENTE	14.089,65 €
AQUALUZ TROIA	20.580,49 €
SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO CISM	20.580,49 €
ASAP	80.000,00 €
LICENÇAS E UPGRADE DE SOFTWARE	80.000,00 €
BARROCAS & ASSOCIADOS	30.750,00 €
CURSO BÁSICO DE DIREITO AÉREO	30.750,00 €
CADIMARTE	31.221,73 €
EMPREITADA REPARAÇÃO PARCIAL DA FACHADA DA TORRE DE CONTROLO DE SANTA MARIA	31.221,73 €
COMPTA	14.715,72 €
FORNECIMENTO DE LICENÇAS BMC	14.715,72 €
COMSOFT	23.146,00 €
SESSÃO DE FORMAÇÃO SDDS EM STA MARIA	23.146,00 €
DELOITTE CONSULTORES SA	52.644,00 €
ESTUDO COMPARATIVO P/SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE TRÁFEGO AÉREO DA RIV DE LISBOA	52.644,00 €
EDISOFT	835.785,00 €
REPARAÇÃO DE MÓDULO	5.535,00 €
ATUALIZAÇÃO DO AMHS DA RIV LISBOA	830.250,00 €
EMZ	5.138,21 €
BANCADA PARA LABORATÓRIO DA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO DAS FLORES	5.138,21 €
ENTCO INTERNATIONAL	6.100,91 €
RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SUPORTE DO SW HPE	6.100,91 €
ETAPAS	18.720,60 €
SUBSTITUIÇÃO DA VEDAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA NAV NO RADAR DE FOIA	18.720,60 €
FREQUENTIS	48.500,00 €
FORNECIMENTO DE POSIÇÕES PORTÁTEIS E FORMAÇÃO DE SUPERVISÃO	33.500,00 €
LICENÇAS IP PARA GRAVADORES	15.000,00 €
GT INFORMATICA	41.300,00 €
MIGRAÇÃO DO INTERFACE GRÁFICO DO CETM PARA LINUX	41.300,00 €

Fornecedor	Valor c/ IVA
GLINTT	35.561,16 €
RENOVAÇÃO SUPORTE PLATAFORMA DE SEGURANÇA	23.876,16 €
SERVIÇOS DE CONSULTORIA SAP P/FATURAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERMINAL NO AERODROMO DE CASCAIS	11.685,00 €
GTC	76.002,22 €
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO INFINITY	56.570,32 €
FORNECIMENTO DE MODULO ADDERLINK INFINITY SINGLE	8.351,70 €
MODULOS ADDERLINK INFINITY	11.080,20 €
HAWORTH	67.384,07 €
MOBILIARIO DIVERSO PARA OS AEROPORTOS DE SANTA MARIA, HORTA E FLORES	67.384,07 €
IER	7.095,00 €
IMPRESSORAS DE FITAS	7.095,00 €
IMPACTO	29.520,00 €
JANTAR DE NATAL 2017	29.520,00 €
INDRA SISTEMAS DE PORTUGAL	9.766,26 €
ANTENA P/LOCALIZER NORMAC	9.766,26 €
INSTITUTO GEOGRAFICO DO EXERCITO	12.300,00 €
CARTA AERONAUTICA AÇORES	12.300,00 €
JOSE BENGALO UNIPessoal	21.648,00 €
GALA NAV PORTUGAL	21.648,00 €
KVL CONSULTORIA INFORMATICA LDA	175.706,73 €
ASSISTENCIA ANUAL AO SOFTWARE DO SISTEMA LVSS	175.706,73 €
LEONARDO	793.391,00 €
REPARAÇÃO DE MIXER PIF	37.176,00 €
REPARAÇÃO MODULO	27.537,00 €
SUBS. DOS SISTEMAS MECANICOS E DE EMISSAO/RECEÇÃO DO RADAR DE PORTO SANTO (RAPOSA)	700.000,00 €
REPARAÇÃO LOG IF	20.578,00 €
REPARAÇÃO COUPLER	8.100,00 €
MEO	116.569,56 €
UPGRADE RINAL	116.569,56 €
MICROSOFT	954.804,96 €
RENOVAÇÃO LICENCIAMENTO MICROSOFT (PERÍODO: MAIO 2017 A MAIO 2020)	954.804,96 €
MM VAQUINHAS	10.587,77 €
REPARAÇÃO FIREWALL	10.587,77 €
NAVBLUE	60.000,00 €
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LICENÇAS SOFTWARE RNAV E RVT	60.000,00 €
NOVABASE	6.319,25 €
UPDATE DE IOS DE LAN PARA IP BASE	6.319,25 €
ORACLE	6.015,78 €
ORACLE DATABASE STANDARD EDITION	6.015,78 €
PERFILFORMA	11.314,75 €
MOBILIARIO DIVERSO PARA TORRE DO AEROPORTO DO PORTO	11.314,75 €
PLANEX	90.315,21 €
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL (PERÍODO: AGOSTO 2017 A ABRIL 2020)	90.315,21 €
PLMJ	92.988,00 €
SERVIÇOS DE APOIO JURIDICA NO AMBITO LABORAL (PERÍODO: JUNHO 2017 A JUNHO 2020)	92.988,00 €
POWERSERV	18.767,83 €
ALUGUER DE GRUPO ELETROGENEO	18.767,83 €
PROSEGUR	41.841,84 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNIQUETES NO EDIFICIO 118	36.403,90 €
GRAVADORES DIVAR PORTARIA CCO	5.437,94 €
QUADRA	11.254,50 €
CADEIRAS KUSCH	11.254,50 €
RCAT	8.536,20 €
REPARAÇÃO DE UNIDADE AVAC	8.536,20 €
RCL	10.167,18 €
MONITORES BARCO	10.167,18 €
RENTLEI	266.227,35 €
ALUGUER OPERACIONAL DE VEICULOS AUTOMOVEIS LIGEIROS (PERÍODO: 2017 A 2019 DEZEMBRO)	266.227,35 €
RESPONSIVE UNIPessoal	18.753,00 €
DES.DE NOVAS FUNCIONALIDADES P/ PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS E DE SEGURANÇA	18.753,00 €
RIS2048	9.844,92 €
RENOVAÇÃO GFI	9.844,92 €
SECURITAS	1.098.971,49 €
SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA DOS ED. DE LISBOA, PORTO e FARO	1.069.752,45 €



Fornecedor	Valor c/ IVA
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO AOS EQTOS DE VIGILÂNCIA DOS ED. 121 e 7	29.219,04 €
SITAONAIR	177.435,11 €
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS P/UPGRADE DAS ESTAÇÕES DATA LINK	177.435,11 €
SUBVERTICE	43.265,25 €
SERVIÇOS DE DES. E IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES MULTIMEDIA NO NÚCLEO DE COMUNICAÇÕES	43.265,25 €
TAMPER	10.061,59 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO ADICIONAL P/ESTAÇÃO RADAR DO PICO DO FACHO	10.061,59 €
TECNOTERRA	10.209,00 €
DESMATAÇÃO DE AREAS NO ALS	10.209,00 €
TELCABO	12.618,10 €
CABOS	6.150,76 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTERFACES PARA ANTENA DME	6.467,34 €
TELESCAN	66.338,04 €
ADDITIONAL VHF TRANSMITTER AND RECEIVER	60.672,66 €
UNIDADE D MOD SAC	5.665,38 €
TEMPO DE AVENTURA	19.825,10 €
SERVIÇO DE COLÓNIA DE FÉRIAS PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES DURANTE O VERÃO DE 2017	19.825,10 €
TERMA	34.365,00 €
REPARAÇÃO ANTENA SMR DE LISBOA	34.365,00 €
THRUPUT	20.327,00 €
TRHUPUT MIDAS IV	20.327,00 €
TNK	7.222,56 €
MOBILIÁRIO PARA TORRE DO AEROPORTO DE FARO	7.222,56 €
TRUEWIND	19.144,95 €
SERVIÇOS DE UPGRADE P/ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMATICO DE APOIO AO SGI DA NAV	19.144,95 €
TUPOS GRAPHIC	42.660,00 €
FITAS PROGRESSO DE VOO	42.660,00 €
VAISALA	6.378,00 €
MODULOS VAISALA	6.378,00 €
VORTAL	15.866,85 €
SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELECTRONICA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA (PERÍODO: 2016 A 2019 SETEMBRO)	15.866,85 €
VORTICE	24.849,09 €
ANEMOMETROS, WIND VANE	24.849,09 €
2045	33.210,00 €
ADICIONAIS AO CONTRATO DE VIGILÂNCIA PARA A TWR PORTO	33.210,00 €

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros):

Unidade: euros

Empresa	
MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	1.612.655



março18

IX-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA ENTIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas:

Em 2017, a NAV Portugal manteve, à semelhança dos anos anteriores, a prática de integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos da sua gestão, como suporte à promoção do seu desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de novas metas.

Nesse âmbito encontram-se identificados os desafios em matéria de sustentabilidade com maior grau de importância para a NAV Portugal e para as partes interessadas:



Desafios de sustentabilidade

- *Tecnologia:* Atualização permanente e pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (*safety* e *security*), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental;



- *Segurança Operacional (Safety)*: Garantia da segurança operacional, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes *stakeholders*, tendo por objetivo atingir “zero acidentes”;
- *Eficiência e Capacidade*: Assegura a gestão do tráfego aéreo, através de uma gestão flexível da capacidade e da redução gradual dos tempos de espera;
- *Sustentabilidade financeira*: Reforço de medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, tendo por base a segurança operacional e a adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;
- *Ambiente*: Promoção da cultura da proteção ambiental e otimização do desempenho ambiental a nível interno, com contribuição para a redução do impacte ambiental do setor da aviação civil;
- *Colaboradores e formação*: Investimento na formação contínua dos colaboradores, como condição base para cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- *Stakeholders*: Envolvimento com os *stakeholders* para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos através do desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade:

Os desafios de sustentabilidade identificados estão alinhados com o documento “NAV Portugal: Visão 2020”, definido pela NAV Portugal, E.P.E., onde a Empresa assume os sete “Grandes Objetivos Estratégicos”, conforme referido no ponto II do presente relatório e cuja avaliação está sintetizada no mapa a seguir apresentado:

Execução Plano de Negócios - Avaliação dos objetivos estratégicos 2017

OE ID	DESCRIÇÃO OE	KPI ID	INDICADOR	Real 2017	Plano 2017	Avaliação	Score Indicador	Score Objectivo
OE1	Reforçar a cultura de segurança	PGS67-IND01	Índice de Incidentes	0,43	1,00		5	5
OE1	Reforçar a cultura de segurança	PGS67-IND11	Utilização do RAT na análise de incidentes	100,0%	90,0%		4	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS63-IND06	Controlo realização plano investimentos (GI & IC & PI)	75,4%	75,0%		3	4
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS63-IND07	Controlo realização orçamento de exploração	2,2%	3,0%		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS68-IND03	Índice disponibilidade subsistemas	99,5%	98,50%		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP16-IND01	Atraso médio por movimento	0,55	0,33		1	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados		Atraso médio por movimento rota	0,19	0,14		1	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados		Atraso médio por movimento terminal	0,48	0,60		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP16-IND03	Percentagem voos ao perfil ou acima requerido	95,3%	93,0%		3	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP17-IND03	Número NOTAM PERM em vigor >3 meses	0	5		5	
OE3	Desenvolver iniciativas estratégicas		Grau Cumprimento Plano Iniciativas	81,3%	100,0%		5	5
OE4	Garantir o cumprimento de novos requisitos regulamentares		Taxa de Evolução das constatações em aberto	23,1%	-10,0%		1	1
OE5	Desenvolver boas práticas de responsabilidade social e ambiental	PGS64-IND05	Grau cumprimento programa gestão ambiental	77,1%	70,0%		4	4
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	PGS61-IND02	Taxa crescimento dos efetivos	-1,8%	0,0%		5	4
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	PGS61-IND07	Execução plano de formação	66,6%	80,0%		2	
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	POP19-IND01	Execução do plano de formação (Nº formandos)	91,8%	80,0%		4	
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	POP19-IND04	Taxa utilização da capacidade	50,1%	50,0%		3	
OE7	Melhorar a capacidade de resposta nos domínios da competitividade e da inovação	POP11-IND01	Grau satisfação do cliente	4,4	4,0		4	4

O desdobramento dos grandes objetivos e a definição das áreas de atuação constam do Plano de Negócios 2018-2022.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE):

No que respeita à política de Responsabilidade Social desenvolvida pela NAV Portugal os seus pilares expressam-se através de valores, condutas e políticas da organização que integram de modo voluntário e em interação com os seus parceiros preocupações sociais e ambientais, para além do que resulta do estrito cumprimento da legislação nacional e internacional.

Assim, ao longo dos anos a NAV Portugal tem assumido práticas de responsabilidade social ao nível externo, através da promoção de direitos sociais e ambientais,

nomeadamente no respeito e bem-estar das comunidades onde se integra e preservação da sustentabilidade ambiental e também ao nível do desenvolvimento de ações de carácter social, cultural e ambiental, apoio a instituições de solidariedade social e patrocínio de causas solidárias.

Ao nível interno, a NAV cumpre um Código de ética e promove políticas socialmente responsáveis de satisfação dos seus colaboradores e que se traduzem em apoios sociais e culturais. Enquanto Empresa do SEE, a NAV adota os Princípios de Bom Governo reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Ministros (RCM 133/2013) para as empresas do setor empresarial do Estado e (RCM 103/2013) que aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não discriminação 2014-2017.

Identificação de Benefícios sociais – Práticas internas:

- Flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Pensões complementares de reforma e de sobrevivência (Fundo de Pensões);
- Complemento de abono de família;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Colónia de férias, Festa de Natal das crianças e formação em férias de verão;
- Serviço complementar de transporte coletivo;
- Subsídio por morte;
- Nos Açores: Subsídio de deslocalização e Parque Habitacional em Santa Maria;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Assistência médica domiciliária em horário pós-laboral e fins-de-semana;
- Complemento de subsídio de doença/Assistência a familiares;
- Adiantamentos sobre remunerações futuras, tendo em vista colmatar situações pontuais de necessidades financeiras dos trabalhadores, motivadas por patologias clínicas dos próprios ou dos membros do seu agregado familiar;
- CISM - programa para prevenção e mitigação do *stress* traumático, assistência e apoio psicológico aos trabalhadores visando a manutenção da saúde e bem-estar destes profissionais.

Identificação de práticas externas ao nível de protocolos:

O Conselho de Administração decidiu, tendo em conta as dificuldades que o País atravessa e respeitando a política de responsabilidade social da NAV Portugal, por apoiar através da atribuição de donativos, as iniciativas de carácter sócio humanitário promovidas por entidades de cariz social, que a seguir se discriminam:

- Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome
- Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer
- ELO Social – Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Jovem e Adulto – Lisboa
- Associação Obras Assistenciais São Vicente de Paulo – Lisboa
- Aldeia de Crianças SOS – Cascais
- APPC Faro – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
- A Causa da Criança – Porto
- ACREDITAR – Cancro Infantil Porto
- Lar da Paz – Funchal
- Centro de Acolhimento para Crianças – ACONCHEGO – Funchal
- Liga Portuguesa Contra o Cancro – Porto Santo
- APPDA – Autismo Ponta Delgada
- Projeto São Lucas – CPBESSJ – Ponta Delgada
- Associação SALVATERRA – Santa Maria
- APADIF – Horta
- Cáritas da Ilha das Flores

Paralelamente, e ainda neste âmbito, a Empresa continuou a apoiar um conjunto de iniciativas, designadamente:

- Patrocínios de atividades lúdicas e desportivas a associações do setor de atividade: Associação de reformados da NAV Portugal; Clube ANA e TAP e Associações de trabalhadores;
- NAV Azul – separação e seleção de resíduos, reciclagem e recolha de tampas (reconverter em cadeiras de rodas), e
- Protocolos especiais com entidades bancárias, clubes desportivos, empresas na área da saúde e agências de viagens.



b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

No que respeita ao domínio ambiental, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacto ambiental direto e indireto da sua atividade.

O Sistema de Gestão Integrado da Empresa, englobando as vertentes da Qualidade e do Ambiente, está certificado segundo as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015. Nesta perspetiva o Sistema de Gestão Integrado sustenta a certificação como Organização de Prestação de Serviços de Navegação Aérea, no âmbito do Regulamento da Comissão (UE) 1035/2011 e a certificação como Organização de Formação, no âmbito do Regulamento (UE) 2015/340.

A vertente de Gestão Ambiental contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

No que diz respeito a aspetos ambientais monitorizados destacam-se o consumo de energia, tanto elétrico como de combustível, associado à frota automóvel e aos grupos geradores de emergência. Como iniciativa para diminuição do consumo de combustível associado às viaturas destaca-se a aquisição, em 2017, de uma viatura elétrica, perspetivando-se, para 2018, a aquisição da segunda viatura elétrica e duas viaturas híbridas para integrar a frota automóvel da Empresa.

As operações da NAV Portugal implicam ainda o consumo de materiais, nomeadamente os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento.

Relativamente ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado/híbrido, perspetivando-se o consumo

deste tipo de papel acima dos 90%. Neste segmento destaca-se a decisão para disponibilização, a partir de junho de 2018, do documento AIP (*Aeronautical Information Publication*), exclusivamente em formato eletrónico.

Da atividade da Empresa resultam, maioritariamente, resíduos urbanos e, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. De acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) são sempre encaminhados na sua totalidade para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

O consumo de água, resulta não só do uso associado às infraestruturas, mas também às áreas jardinadas. Neste âmbito, nos últimos anos têm sido implementadas medidas com vista a um consumo mais sustentável de água na Empresa, prevendo-se a requalificação das atuais áreas jardinadas para outras menos exigentes em termos do consumo deste recurso cada vez mais escasso.

Todos estes aspetos ambientais são monitorizados através de um plano de monitorização e medição ambiental e são reportados anualmente no Programa de Gestão Ambiental. Neste Programa são identificadas as iniciativas previstas com impacto ambiental e definidas metas e objetivos futuros. É, também, analisado o seu grau de concretização, nomeadamente o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente, sendo assim possível avaliar o desempenho ambiental da NAV Portugal.

Como ferramenta auxiliar na avaliação de desempenho ambiental, a Empresa, desde 2010, aderiu ao Programa de Gestão Voluntária de Carbono. Para cálculo da Carbónica é seguida a metodologia *standard* definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, que é complementar ao normativo NP EN ISO 14064 e através da qual são estimadas as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade.

A NAV Portugal assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor, através do desenvolvimento e implementação de procedimentos operacionais mais eficientes.

Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, considera-se ainda a produção de energia elétrica resultante de painéis fotovoltaicos instalados em algumas estações da Empresa.

Anualmente é publicado o Relatório do Programa de Gestão Voluntária de Carbono, onde são apresentados detalhadamente os resultados para todos os edifícios da Empresa.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE):

No âmbito da igualdade de tratamento/oportunidades entre homens e mulheres e da não discriminação, salientam-se as seguintes medidas estabelecidas:

- O processo de recrutamento de pessoal para as várias categorias profissionais da Empresa é indiferenciado entre mulheres e homens. O regulamento da NAV Portugal contempla expressamente a proibição de discriminação de tratamento dos candidatos a emprego, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função de todos os fatores supra enumerados, nomeadamente em função do sexo;
- Condições de trabalho idênticas e igualdade de ganhos médios mensais entre mulheres e homens em cada categoria profissional, sendo integralmente respeitados os direitos consignados no Código do Trabalho relativamente à proteção de grávidas, puérperas e lactantes, nomeadamente quanto a licenças, restrições de trabalho noturno e/ou suplementar;
- A igualdade de tratamento entre mulheres e homens no âmbito da progressão salarial (promoção, reclassificação ou reenquadramentos na carreira), de acordo com os Acordos de Empresa vigentes, sem qualquer diferenciação;
- O acesso indiferenciado a funções e lugares de gestão/decisão;
- O acesso à formação profissional qualificante, adequada às competências exigidas ou necessárias, com participação indiferenciada entre mulheres e homens;
- A existência de fundos de pensões, ao abrigo dos quais são atribuídas pensões complementares de reforma ou aposentação a todos os trabalhadores da Empresa,

de acordo com as regras previstas nos respetivos contratos constitutivos e que não contemplam diferenciação em função do sexo.

No que concerne à proteção da família e facilitação/conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores da Empresa:

- A proteção da maternidade e paternidade, sendo de salientar a atribuição, pela Empresa, do adiantamento do subsídio de parentalidade/adoção a cargo da segurança social;
- A flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Complemento de abono de família para trabalhadores com filhos até aos 6 anos de idade;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Complemento de subsídio de doença, bem como do subsídio para assistência à família;
- Possibilidade de concessão de adiantamentos financeiros para despesas de saúde do trabalhador ou do seu agregado familiar;
- Organização das festas de Natal para os filhos dos trabalhadores com idade até 12 anos;
- Comparticipação para colónias de férias para os filhos dos trabalhadores com idades entre os 6 e 14 anos e ações de formação para crianças no período de férias escolares.

A NAV Portugal tem dado resposta às solicitações que sobre este assunto são veiculadas pelo Departamento de Estatística de Emprego Público (DEEP), preenchendo as fichas de atualização de informação para acompanhamento da execução da RCM nº 19/2012 de 23 de fevereiro (a última ficha referente a 2016 foi enviada a 07 de fevereiro de 2017), onde se conclui que, em face dos resultados do diagnóstico efetuado de evidência de não discriminação, bem como atento o elenco dos benefícios já praticados pela NAV no âmbito de uma política de igualdade, não discriminatória e facilitadora da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida



profissional, não se justificava a adoção de um plano específico para a igualdade. Contudo, atento o disposto na Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, que veio reforçar a necessidade das entidades do setor público empresarial elaborarem e publicarem anualmente os inerentes planos para a igualdade, encontra-se em fase de conclusão a elaboração do respetivo plano.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de fevereiro:

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género, no estrito cumprimento do nº 1 da RCM nº19/2012, de 23 de fevereiro sobre esta matéria.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ascendência, idade, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou situação familiar entre outras, no estrito cumprimento da Lei (artº 25º do Código do Trabalho).

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE):

De igual modo, a política de recursos humanos desenvolvida pela NAV Portugal, tem sido orientada para a valorização e motivação do seu capital humano, através, quer da

conceção e implementação de sistemas de gestão de desempenho, visando a melhoria contínua das competências técnicas e comportamentais e o cumprimento dos objetivos individualmente contratualizados, quer da realização de ações de formação no domínio do desenvolvimento pessoal e do relacionamento interpessoal, tendo em vista a melhoria do espírito de equipa e a promoção de um saudável clima social.

Refere-se a este propósito, que na decorrência dos procedimentos definidos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa, é elaborado anualmente, um Plano de Formação Consolidado, tendo por base Planos de Formação Setoriais, os quais resultam da prévia identificação das correspondentes necessidades de formação comportamental e técnica dos trabalhadores. Cumulativamente e de acordo com os procedimentos instituídos, todas as ações de formação, são objeto de um “follow-up”, por forma a avaliar os inerentes impactos, na valorização pessoal e técnica dos trabalhadores e inerentemente no seu desempenho.

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.):

Os desafios de sustentabilidade identificados estão alinhados com o documento “NAV Portugal: Visão 2020”, elaborado pela NAV Portugal, E.P.E..

X-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página):

O R&C de 2016 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo CA, foi enviado, em 28 de abril de 2017, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas, à Senhora Diretora-geral do Tesouro e Finanças, aos Senhores(a)s Secretário de Estado das Infraestruturas, Secretário de Estado do Tesouro e ao Inspetor-Geral de Finanças, através das cartas 97/98/99/100/CA/2017, respetivamente, bem como, ao Tribunal de Contas, através do sítio eletrónico dessa entidade.

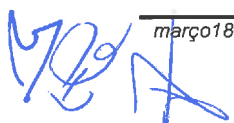
Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são conhecidas as recomendações do acionista.

Mais se salienta que relativamente à estrutura e prática do Governo Societário também não foi dado conhecimento à NAV Portugal de quaisquer eventuais recomendações do acionista.

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação:

Não aplicável.

2. Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores,



sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas:

Este documento incorpora toda a informação e demais elementos disponíveis, considerados relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas pela NAV Portugal no ano de 2017.

Lisboa, 27 de março de 2018


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão
Presidente



Egídia Pinto de Queiroz Martins
Vogal



Francisco César Ramos Fernandes Gil
Vogal

XI-ANEXOS DO RGS

1. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2017 (vide artigo 66-B do CSC):

Demonstração não financeira a que se refere o artigo 66.º - B do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 29 de julho.

2. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017:

Extrato da ata da reunião do Conselho de Administração em que foi deliberada a aprovação do RGS 2017.

3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE:

Relatório do Conselho Fiscal a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro.

4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.

Declarações previstas no artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro.

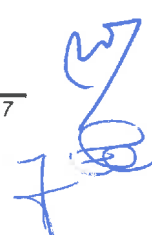
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2016:

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não estão disponíveis a deliberação unânime por escrito ou o despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas.

ANEXO 1

Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2017 (vide artigo 66-B do CSC)



Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro alterados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a **Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E.**, abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita à tutela e superintendência do Ministro das Finanças e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão e ainda com o preceituado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a quaisquer deliberações que repute contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

A Empresa exerce a sua atividade no Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Em Lisboa, na zona do Aeroporto, está situado o Edifício-Sede, onde funcionam os Órgãos Centrais da Estrutura Orgânica, o Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, onde estão instaladas direções da estrutura operacional e de projeto, e o Centro de Formação, que acolhe formação interna e externa. Na Região Autónoma dos Açores, concretamente na Ilha de Santa Maria, localiza-se o Centro de Controlo



Oceânico. Neste centro está instalada a Direção de Operações da Região Atlântica e o Centro de Controlo Oceânico.

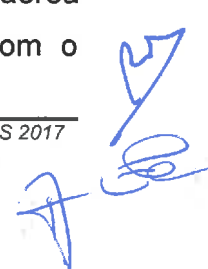
A Empresa opera Serviços de Navegação Aérea no Porto, Lisboa, Cascais, Faro, Ponta Delgada, Santa Maria, Horta, Flores, Funchal e Porto Santo, aos quais estão associadas instalações técnicas (estações de radar, rádio ajudas e comunicações) em vários pontos do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

A NAV Portugal tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas Regiões de Informação de Voo (RIV) sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) e de Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal.

No cumprimento do disposto no Artigo 4º do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum dos serviços de navegação aérea, os custos determinados dos serviços de navegação aérea devem ser financiados pelas taxas de rota e de terminal, cobradas aos utilizadores dos serviços de navegação aérea, sem prejuízo do financiamento de isenções concedidas a determinados utilizadores dos serviços de navegação aérea através de outras fontes de financiamento, sendo que, em conformidade com o



disposto no Artigo 10º do referido Regulamento, os Estados Membros devem garantir que os prestadores de serviços de navegação aérea sejam reembolsados pelos serviços que prestaram aos voos isentos.

Com base no enquadramento ditado pelos diferentes regulamentos e legislação aplicáveis, conclui-se que a prestação de serviços de navegação aérea é uma atividade regulada a nível nacional e internacional e que os resultados da NAV Portugal têm como base o método do custo majorado.

No que respeita ao **domínio ambiental**, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacte ambiental direto e indireto da sua atividade.

O Sistema de Gestão Integrado da Empresa, englobando as vertentes da Qualidade e do Ambiente, está certificado segundo as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015. Nesta perspetiva o Sistema de Gestão Integrado sustenta a certificação como Organização de Prestação de Serviços de Navegação Aérea, no âmbito do Regulamento da Comissão (UE) 1035/2011 e a certificação como Organização de Formação, no âmbito do Regulamento (UE) 2015/340.

A vertente de Gestão Ambiental contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

Relativamente aos aspetos ambientais monitorizados destacam-se o consumo de energia, tanto elétrico como de combustível, associado à frota automóvel e aos grupos geradores de emergência.

As operações da NAV Portugal implicam ainda o consumo de materiais, nomeadamente os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento.

Quanto ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado/híbrido, perspetivando-se o consumo deste tipo de papel acima dos 90%.

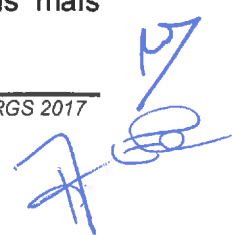
Da atividade da Empresa resultam, maioritariamente, resíduos urbanos e, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. De acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) são sempre encaminhados na sua totalidade para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

O consumo de água resulta não só do uso associado às infraestruturas, mas também às áreas jardinadas. Neste âmbito, nos últimos anos têm sido implementadas medidas com vista a um consumo mais sustentável de água na Empresa, prevendo-se a requalificação das atuais áreas jardinadas para outras menos exigentes em termos do consumo deste recurso cada vez mais escasso.

Todos estes aspetos ambientais são monitorizados através de um plano de monitorização e medição ambiental e são reportados anualmente no Programa de Gestão Ambiental. Neste Programa são identificadas as iniciativas previstas com impacto ambiental e definidas metas e objetivos futuros. É, também, analisado o seu grau de concretização, nomeadamente o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente, sendo assim possível avaliar o desempenho ambiental da NAV Portugal.

Como ferramenta auxiliar na avaliação de desempenho ambiental, a Empresa, desde 2010, aderiu ao Programa de Gestão Voluntária de Carbono. Para cálculo da Carbónica é seguida a metodologia *standard* definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, que é complementar ao normativo NP EN ISO 14064 e através da qual são estimadas as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade.

A NAV Portugal assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor, através do desenvolvimento e implementação de procedimentos operacionais mais eficientes.



Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, considera-se ainda a produção de energia elétrica resultante de painéis fotovoltaicos instalados em algumas estações da Empresa.

Anualmente é publicado o Relatório do Programa de Gestão Voluntária de Carbono, onde são apresentados detalhadamente os resultados para todos os edifícios da Empresa.

No que respeita à política de **Responsabilidade Social** desenvolvida pela NAV Portugal os seus pilares expressam-se através de valores, condutas e políticas da organização que integram de modo voluntário e em interação com os seus parceiros preocupações sociais e ambientais, para além do que resulta do estrito cumprimento da legislação nacional e internacional.

Assim, ao longo dos anos a NAV Portugal tem assumido práticas de responsabilidade social ao nível externo, através da promoção de direitos sociais e ambientais, nomeadamente no respeito e bem-estar das comunidades onde se integra e preservação da sustentabilidade ambiental e também ao nível do desenvolvimento de ações de carácter social, cultural e ambiental, apoio a instituições de solidariedade social e patrocínio de causas solidárias.

Ao nível interno, a NAV Portugal cumpre um Código de ética e promove políticas socialmente responsáveis de satisfação dos seus colaboradores e que se traduzem em apoios sociais e culturais.

Enquanto Empresa do SEE, a NAV adota os Princípios de Bom Governo reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Ministros (RCM 133/2013) para as empresas do setor empresarial do Estado e (RCM 103/2013) que aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não discriminação 2014-2017.

Identificação de Benefícios sociais – Práticas internas:

- Flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Pensões complementares de reforma e de sobrevivência (Fundo de Pensões);

- Complemento de abono de família;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Colónia de férias, Festa de Natal das crianças e formação em férias de verão;
- Serviço complementar de transporte coletivo;
- Subsídio por morte;
- Nos Açores: Subsídio de deslocalização e Parque Habitacional em Santa Maria;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Assistência médica domiciliária em horário pós-laboral e fins-de-semana;
- Complemento de subsídio de doença/Assistência a familiares;
- Adiantamentos sobre remunerações futuras, tendo em vista colmatar situações pontuais de necessidades financeiras dos trabalhadores, motivadas por patologias clínicas dos próprios ou dos membros do seu agregado familiar;
- CISM - programa para prevenção e mitigação do *stress* traumático, assistência e apoio psicológico aos trabalhadores visando a manutenção da saúde e bem-estar destes profissionais.

Identificação de práticas externas ao nível de protocolos:

O Conselho de Administração decidiu, tendo em conta as dificuldades que o País atravessa e respeitando a política de responsabilidade social da NAV Portugal, por apoiar através da atribuição de donativos, as iniciativas de carácter sócio humanitário promovidas por entidades de cariz social.

No âmbito da igualdade de tratamento/oportunidades entre homens e mulheres e da não discriminação, salientam-se as seguintes medidas estabelecidas:

- O processo de recrutamento de pessoal para as várias categorias profissionais da Empresa é indiferenciado entre mulheres e homens. O regulamento da NAV Portugal contempla expressamente a proibição de discriminação de tratamento dos candidatos a emprego, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função de todos os fatores supra enumerados, nomeadamente em função do sexo;

- Condições de trabalho idênticas e igualdade de ganhos médios mensais entre mulheres e homens em cada categoria profissional, sendo integralmente respeitados os direitos consignados no Código do Trabalho relativamente à proteção de grávidas, puérperas e lactantes, nomeadamente quanto a licenças, restrições de trabalho noturno e/ou suplementar;
- A igualdade de tratamento entre mulheres e homens no âmbito da progressão salarial (promoção, reclassificação ou reenquadramentos na carreira), de acordo com os Acordos de Empresa vigentes, sem qualquer diferenciação;
- O acesso indiferenciado a funções e lugares de gestão/decisão;
- O acesso à formação profissional qualificante, adequada às competências exigidas ou necessárias, com participação indiferenciada entre mulheres e homens;
- A existência de fundos de pensões, ao abrigo dos quais são atribuídas pensões complementares de reforma ou aposentação a todos os trabalhadores da Empresa, de acordo com as regras previstas nos respetivos contratos constitutivos e que não contemplam diferenciação em função do sexo.

No que concerne à **proteção da família e facilitação/conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores** da Empresa, salientamos:

- A proteção da maternidade e paternidade, sendo de salientar a atribuição, pela Empresa, do adiantamento do subsídio de parentalidade/adoção a cargo da segurança social;
- A flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Complemento de abono de família para trabalhadores com filhos até aos 6 anos de idade;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Complemento de subsídio de doença, bem como do subsídio para assistência à família;
- Possibilidade de concessão de adiantamentos financeiros para despesas de saúde do trabalhador ou do seu agregado familiar;



- Organização das festas de Natal para os filhos dos trabalhadores com idade até 12 anos;
- Comparticipação para colónias de férias para os filhos dos trabalhadores com idades entre os 6 e 14 anos e ações de formação para crianças no período de férias escolares.

A NAV Portugal tem dado resposta às solicitações que sobre este assunto são veiculadas pelo Departamento de Estatística de Emprego Público (DEEP), preenchendo as fichas de atualização de informação para acompanhamento da execução da RCM nº 19/2012 de 23 de fevereiro (a última ficha referente a 2016 foi enviada a 07 de fevereiro de 2017), onde se conclui que, em face dos resultados do diagnóstico efetuado de evidência de não discriminação, bem como atento o elenco dos benefícios já praticados pela NAV Portugal no âmbito de uma política de igualdade, não discriminatória e facilitadora da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, não se justificava a adoção de um plano específico para a igualdade. Contudo, atento o disposto na Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, que veio reforçar a necessidade das entidades do setor público empresarial elaborarem e publicarem anualmente os inerentes planos para a igualdade, encontra-se em fase de conclusão a elaboração do respetivo plano.

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género, no estrito cumprimento do nº 1 da RCM nº19/2012, de 23 de fevereiro sobre esta matéria.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ascendência, idade, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou situação familiar entre outras, no estrito cumprimento da Lei (artº 25º do Código do Trabalho).



A **prevenção da Corrupção** bem como a sua gestão é da responsabilidade conjunta do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

No caso da prevenção de corrupção, e dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no endereço da Empresa na internet www.nav.pt.

A Função Gestão de Riscos na NAV Portugal, por razões decorrentes da especificidade da atividade, está disseminada pela Estrutura orgânica da Empresa e, em termos metodológicos, é um elemento central do sistema de gestão da qualidade o Sistema de Gestão Integrado (SGI), descrita nos respetivos processos e procedimentos que compõem a documentação de suporte ao sistema.

O facto de a Empresa estar certificada, desde 2005 no normativo ISO 9001:2015 e desde 2010 na vertente Ambiental do normativo ISO 14001:2015, tem como consequência a realização de avaliações periódicas das dimensões relevantes para a atividade, na qual se inclui a gestão dos riscos.



ANEXO 2

Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA de 2018 - 03 - 27

Reunião 12 / 2018

DELIBERAÇÃO

ASSUNTO: RELATÓRIO E CONTAS E RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017 - PROPOSTA

Documentos Básicos: C.I. DAFIN n.º 074/18, de 26-03-2018 e Relatório e Contas e Relatório de Governo Societário 2017

Ponto n.º **6**

Divulgação: **DAFIN**

Director Responsável pela Execução: DAFIN

Prazo de Execução:

Analisados os documentos "Relatório e Contas e Relatório de Governo Societário 2017", anexos à C.I. DAFIN n.º 074/18, de 26 de março de 2018, que fazem parte integrante desta Deliberação, o Conselho de Administração deliberou aprovar estes documentos e proceder, de imediato, à sua assinatura.

Tendo em vista o seu posterior envio às Tutelas, DGTF e IGF, bem como ao Tribunal de Contas, deliberou ainda:

- ✓ Remeter os mesmos aos Auditores Externos para emissão do Relatório Final de Auditoria e,
- ✓ Enviar ao Conselho Fiscal para emissão do Relatório Final e Parecer, bem como da Certificação Legal das Contas de 2017.



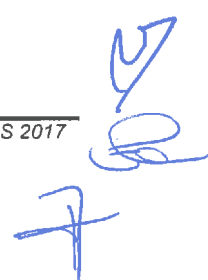
EM/MG

A informação contida neste documento destina-se unicamente a fins internos da NAV Portugal, E.P.E. e é reservada ao seu destinatário, podendo conter elementos confidenciais e/ou particulares. Não é permitida a sua cópia, alteração, distribuição ou qualquer outra utilização por pessoas/entidades que não sejam o seu remetente ou o destinatário da mesma.

The information transmitted by this document is intended only to internal purposes of NAV Portugal, E.P.E. and for the use of its recipient and may contain confidential and/or legally protected data. It is prohibited any copy, amendment, distribution or any other use by persons/entities other than the sender or the intended recipient.

ANEXO 3

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas relativas ao exercício de 2017

1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 12.º dos Estatutos¹ da Navegação Aérea de Portugal, NAV, EPE, doravante NAV Portugal, e do artigo 420.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do artigo 60.º, n.º 2 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e ii) do disposto no artigo 54.º, n.º 2, do RJSPE no que se refere à verificação do cumprimento relativamente aos relatórios de boas práticas de governo societário.

De acordo com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 587, de 7 de fevereiro de 2018, compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2017.

Os membros do CF em funções foram designados por Despacho de 9 de julho de 2015 dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, para o mandato de 2015-2017.

Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo CF no âmbito da sua ação fiscalizadora relativa ao ano de 2017 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2017, recebidos em 03-04-2018.

2. Atividade desenvolvida

No desempenho das suas funções relativamente ao exercício de 2017, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes, tendo, designadamente, desenvolvido as seguintes atividades:

- (a) Procedeu à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações do titular da função acionista;
- (b) Tomou conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhou o desenvolvimento da auditoria externa;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril.

- (c) Tomou conhecimento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC relacionadas com serviços não taxáveis (voos isentos) e com as contribuições para os fundos de pensões;
- (d) Emitiu o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016;
- (e) Analisou os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2018 e emitiu o correspondente parecer em 19 de janeiro de 2018;
- (f) Acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras e os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2017;
- (g) Obteve do Conselho de Administração (CA) todos os esclarecimentos que entendeu necessários relativamente à gestão corrente da Empresa, nomeadamente quanto ao processo de construção do Céu Único Europeu e em particular às vantagens de adesão à Aliança COOPANS e à implementação do novo sistema ATM;
- (h) Reuniu com o atuário para discutir os pressupostos utilizados como base para as avaliações das responsabilidades dos fundos de pensões. Verificou, posteriormente, a conformidade da informação constante dos relatórios emitidos pelo atuário com os registos contabilísticos.

As verificações de natureza contabilística foram realizadas, essencialmente, pela Vogal RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., tendo sido apreciados os relatórios por ela emitidos e a Certificação Legal das Contas (CLC), a qual mereceu concordância do CF.

O CF realça a articulação verificada com as diversas unidades orgânicas da Empresa na perceção, entendimento e correção dos procedimentos adotados e em especial a boa relação com os Administradores.

3. Apreciação do relatório de gestão

A NAV Portugal é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A NAV tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade do Estado Português (Lisboa e Santa Maria), competindo-lhe garantir o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias.

Através do Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/203, de 16 de abril, foi confiada à NAV Portugal a prestação do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, inexistindo contudo um contrato celebrado entre a NAV Portugal e o Estado que regule a prestação do serviço, em conformidade com o disposto no artigo 48.º do RJSPE.

O Relatório de Gestão da NAV Portugal contém todas as matérias previstas nos artigos 66.º, 66.º-A e 66.º-B do CSC, bem como os aspetos exigidos pela legislação específica aplicável ao Sector Público Empresarial, nomeadamente o RJSPE. Assim, o relatório apresentado divulga:

- (a) a atividade desenvolvida no exercício, com evidência para a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, as atividades de investigação e desenvolvimento, a caracterização dos recursos humanos, bem como as perspetivas futuras, na linha do requerido pelo CSC; e
- (b) os aspetos relevantes da governação e do cumprimento das orientações legais, em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), transmitidas através do ofício-Circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018.

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos e as referidas instruções divulgadas pela DGTF e conclui que as análises efetuadas estão em consonância com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras.

4. Apreciação do relatório de boas práticas de governo societário

De acordo com artigo 54.º, n.º 1, do RJSPE, a Empresa apresenta o relatório de boas práticas de governo societário de forma autonomizada e de acordo com o modelo disponibilizado no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). Nestes termos, o relatório apresentado divulga:

- i) a missão, objetivos e políticas da empresa, sendo evidenciado neste ponto um conjunto de indicadores baseados em *benchmarking* internacional (ANSP da Alemanha, Áustria, Irlanda e Suíça), com cuja média ponderada é aferido o desempenho da NAV Portugal;
- ii) referências à estrutura de capital da empresa;
- iii) informação sobre participações sociais, incluindo identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses;
- iv) informação detalhada sobre os órgãos sociais e o modelo de governo adotado, assim como da estrutura funcional e dos auditores externos;
- v) apresentação da organização interna da empresa e dos aspetos essenciais do controlo interno e da gestão de riscos, assim como da legislação nacional, comunitária e internacional a que está sujeita, e ainda do código de ética aprovado e em vigor na NAV Portugal;
- vi) informação sobre remunerações;
- vii) informação sobre transações com partes relacionadas e outras;
- viii) análise da sustentabilidade da empresa;
- ix) informação sobre a avaliação do governo societário, dando-se conta, nomeadamente, do facto de não serem conhecidas recomendações do acionista por se aguardar a competente aprovação das contas dos dois exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos, a estrutura de governo da NAV Portugal é composta por um CA com cinco elementos (um Presidente, e quatro Vogais) e um CF. Contudo, o CA, na sequência da publicação da Resolução n.º 24/2016, de 14 de julho de 2016, funciona atualmente apenas com três elementos (um Presidente e dois Vogais).

Registe-se, ainda, que o Presidente do CA nomeado através da mencionada Resolução n.º 24/2016, cessou o mandato, a seu pedido, em 30 de setembro de 2017, pelo que, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2018, de 11 de janeiro, foi nomeado, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Planeamento e Infraestruturas, o novo Presidente do CA, Senhor Dr. Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão, para a conclusão do mandato em curso (triénio de 2016 a 2018).

O CF mantém-se em funções desde 09-07-2015, sendo composto por 3 membros, um Presidente e dois Vogais, um dos quais Revisor Oficial de Contas. A este propósito, importa referir que a aplicação das regras nesta matéria previstas, quer no CSC, quer no Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, conduz a que as empresas com a dimensão da NAV, disponham de um modelo de fiscalização composto por Conselho Fiscal e ROC.

O CF entende que o relatório de boas práticas de governo societário cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo a estrutura e divulgações requeridas, englobando nestas uma demonstração não financeira que contém informação referente, designadamente, ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno, conforme previsto no artigo 66-B do CSC.

5. Apreciação das demonstrações financeiras

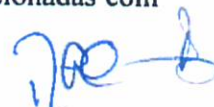
As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

Os auditores externos e o Revisor Oficial de Contas colocam reserva por incerteza face à probabilidade de recuperação das quantias pagas por força de liquidações adicionais de IRC de 2005 a 2014 e eventuais consequências relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção, e dão ênfase aos efeitos no Ativo, na rubrica Diferimentos, relativos a benefícios pós-emprego, e na rubrica Outras contas a receber e diferimentos (passivo), relativos aos efeitos do mecanismo corretor de rota e terminal incluindo a recuperação dos custos classificados como não controláveis.


O CF considera que os documentos apresentados pelo CA satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral e evidenciam a informação especialmente requerida pelo artigo 23.º dos Estatutos quanto à discriminação das participações no capital de empresas e à separação entre ativos patrimoniais e dominiais.

Em conformidade com as referências efetuadas ao longo do período em que decorreu a sua ação fiscalizadora, o CF suscita especial atenção para os seguintes aspetos:

- Monitorização permanente dos investimentos, de modo a reduzir desvios entre a realização e a programação e a assegurar, quanto aos projetos em curso, que os mesmos são depreciados a partir do momento em que ficam disponíveis para uso e são geradores de benefícios económicos futuros;
- Acompanhamento e avaliação do grau de reversibilidade das liquidações de IRC relacionadas com os voos isentos e com as contribuições para os fundos de pensões.



4/9



6. Situação económico-financeira da empresa

O Resultado líquido da NAV Portugal de 2017 traduz um lucro de 6,373 M€, comparando com o resultado positivo de 28,038 M€ obtido em 2016. Para esta variação contribui, essencialmente, a deterioração da relação Gastos com o pessoal / Prestações de serviços.

Os rendimentos e ganhos operacionais apresentaram o valor global de 186,163 M€ (183,098 M€ em 2016), enquanto o total dos gastos e perdas operacionais suportados pela NAV ascendeu a 175,871 M€ (147,060 M€ em 2016).

O Resultado operacional, no montante de 10,292 M€, registou uma redução de 25,746 M€ face a 2016.

Em termos patrimoniais, salientam-se os valores referentes ao final de 2017 do Capital Próprio (106,962 M€) e do Ativo líquido (329,118 M€), que evidenciam uma estrutura de financiamento prudente.

7. Apreciação da proposta de aplicação do resultado

A proposta de aplicação do resultado do exercício incluída no ponto 11 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 22.º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral, 1% para fundo para fins sociais, 50% para remuneração dos capitais investidos e o remanescente para reserva para investimentos. De notar que foi considerado como resultado sujeito a distribuição o resultado líquido deduzido das quantias que afetaram diretamente o capital próprio, nomeadamente as perdas atuarias relacionadas com os fundos de pensões, os subsídios ao investimento e os respetivos impostos diferidos, por efeito da alteração na NCRF 28. Esta situação tem como objetivo aplicar um critério de prudência à distribuição do resultado, dado que caso as perdas atuarias não afetem a quantia a distribuir estaremos perante um acumular de perdas nos resultados transitados que no futuro terão de ser compensadas.

8. Aspetos sobre o desempenho

Face à inexistência de contratos de gestão para 2017, o CF considera não existirem condições para avaliação do desempenho dos gestores relativamente a esse exercício, não obstante no ponto 3.1 do Relatório de Gestão a NAV Portugal fazer referência aos objetivos estratégicos constantes do Plano de Negócios da empresa para 2017-2021.

À semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores, a NAV Portugal considerou um conjunto de indicadores (na sua maioria baseados em benchmarking internacionais) o que permite uma avaliação pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto de *peers* selecionados² e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

² Irlanda, Áustria, Alemanha e Suíça.

No que se refere aos indicadores de referência decorrentes da comparação com o conjunto dos peers selecionados, foi obtida uma pontuação final de 125,03%.

O CF entende a análise do referido ponto 3.1. do Relatório de Gestão sobre o alcance de objetivos, como indicador geral de desempenho ao nível empresarial.

9. Cumprimento das orientações legais e das instruções do titular da função acionista

Objetivos de gestão

Não obstante a NAV Portugal ter norteado a sua atividade de acordo com a proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2017, o mesmo não foi objeto de aprovação. No entanto, o CF acompanhou a execução orçamental e apresentou comentários às principais variações verificadas.

Não tendo sido fixados objetivos para 2017, a Empresa tomou como referência os indicadores apresentados ao titular da função acionista no âmbito do Plano acima referido, apresentando uma justificação para os desvios que ocorreram designadamente no EBITDA, gastos operacionais, quadro de pessoal e investimentos.

Gestão do risco financeiro

O recurso a instrumentos de gestão de risco financeiro não é relevante, tendo em conta a natureza regulada das atividades da empresa, a sua capacidade de autofinanciamento e os montantes e condições dos financiamentos contratados com o BEI (cf. ponto 3.2. do Relatório de Gestão).

Endividamento

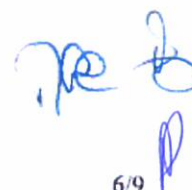
A Empresa reduziu, em 2017, o seu nível de endividamento bancário em 1,2 M€ face a 2016, o qual se consubstanciou na regular amortização dos financiamentos contratados junto do BEI.

Prazo médio de pagamentos a fornecedores

A NAV reduziu o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), apurado nos termos da RCM n.º 34/2008, com o ajustamento introduzido pelo Despacho n.º 9870/2009, de 63 dias em 2016 para 48 dias em 2017. Esta redução do PMP em 24%, permitiu o cumprimento do objetivo definido da mencionada RCM para empresas que registem no ano anterior um PMP superior ou igual a 45. De referir que, segundo indicação da NAV Portugal, se no cálculo do PMP fossem excluídas as operações de investimento, este indicador seria de 31 dias.

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Os pagamentos em atraso estão divulgados no ponto 3.4. do Relatório de Gestão.



Recomendações do titular da função acionista na aprovação das contas de 2015 e 2016

Tal como referido no ponto 3.5 do Relatório de Gestão, o Relatório e Contas de 2015 e 2016 foram enviados em 5 de agosto de 2016 e 28 de abril de 2017, respetivamente, aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado das Infraestruturas, Tribunal de Contas e Inspeção-Geral de Finanças, aguardando-se a competente aprovação. Assim, até à data não são conhecidas recomendações do titular da função acionista.

Redução de remunerações

Continuou a ser efetuada a redução de 5% fixada pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativamente aos membros do CA e aos membros do CF.

Não obstante as reduções referidas, o Despacho n.º 746/15-SET, de 20 de maio, e o Despacho n.º 1379/2015/SEAP, de 5 de maio, do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, determinam que os trabalhadores da NAV Portugal encontram-se excluídos do âmbito de aplicação subjetivo da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (cfr. n.º 12 do artigo 2.º), pelo que não se aplicam à NAV Portugal as reduções remuneratórias previstas no respetivo artigo 2.º, nem quaisquer outras proibições de natureza remuneratória para as quais releve o âmbito de aplicação subjetivo da referida norma. Por tal motivo, não se aplicaram as disposições previstas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro, que procederam à extinção faseada das referidas reduções remuneratórias.

Paralelamente, nos termos dos Despachos do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 4 de abril de 2017 e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, de 5 de abril do mesmo ano, a NAV Portugal foi autorizada a proceder a valorizações remuneratórias na massa salarial dos seus trabalhadores, com observância dos limites de crescimento previstos por esta nos Instrumentos Previsionais de Gestão – IPG 2017, bem como no âmbito dos limites económicos e financeiros estabelecidos para o ano de 2017, constantes do Plano de Desempenho do SW FAB, submetido por Portugal à Comissão Europeia e que foi por esta objeto de aprovação através da Decisão de Execução n.º 2015/348, de 2 de março (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Estatuto do Gestor Público – Aplicação do artigo 32º.

Não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do CA da NAV Portugal, nem outros instrumentos de pagamento de despesas efetuadas ao serviço da Empresa, nem ainda o reembolso de despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal (cf. ponto 3.7 do Relatório de Gestão).

Proibição da realização de despesas não documentadas ou confidenciais – Aplicação do nº 2 do artigo 16º. do RJSPE e do artigo 11º. do EGP

Não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais (cf. Ponto 3.8 do Relatório de gestão).



Contratação pública

A contratação segue as regras do Código dos Contratos Públicos, tendo a Empresa sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho governamental (cf. pontos 3.11 do Relatório de Gestão).

Sistema nacional de compras públicas

O contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013 (cf. ponto 3.12 do Relatório de Gestão).

Frota automóvel

De acordo com a RCM n.º 121/2005, de 23 de junho, a NAV Portugal privilegia os alugueres operacionais de viaturas. Em 31 de dezembro de 2017, o parque de viaturas era de 77 (número igual ao do final do ano anterior), das quais apenas 3 eram propriedade da Empresa (situação igual à do final do ano anterior) (cf. Ponto 3.13 do Relatório de Gestão).

Plano de redução de custos

No âmbito do plano de redução de custos, cabe à NAV Portugal, enquanto empresa com EBITDA positivo, assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal no volume de negócios. Da análise efetuada conclui-se que o peso de tal agregado de gastos registou no exercício um aumento de 6,8 pp face ao ano de 2016. A NAV Portugal divulga no ponto 3.13 do relatório de gestão uma relação de 82,2% para o ano de 2017 e 80,91% para o ano de 2016. A diferença relativamente ao valor anteriormente apresentado respeita ao facto de, em ambos os anos, se ter considerado como total dos gastos com o pessoal os valores constantes da demonstração dos resultados por naturezas, excluindo, por consequência, os valores dos ganhos e perdas atuárias registados no Capital Próprio. Contudo, em ambas as abordagens se conclui que a relação apurada em 2017 é superior à verificada no ano anterior.

Conforme consta na Demonstração dos resultados por natureza, os gastos totais com o pessoal mostram-se superiores aos registados em 2016 em 27,1 M€ (23,8%). Tal incremento deve-se, sobretudo, ao aumento dos gastos com benefícios pós-emprego (14,5 M€) e, nas remunerações, nas naturezas Trabalho suplementar (7,3 M€) e Período de inatividade (2,7 M€).

Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2016, uma redução de 0,8%, enquanto nos consumos, que têm reduzida expressão, se verifica uma redução de 0,9%.

Relativamente aos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento verifica-se um aumento de 2,6% face a 2016, o qual ocorreu na rubrica Deslocações e estadas e se deve à natureza da atividade da Empresa e à sua vinculação às normas internacionais que a regulamentam (cf. Ponto 3.13 do relatório de Gestão).

Acresce referir que os gastos imputáveis a voos isentos continuam a ser suportados pela NAV Portugal, o que representa cerca de 2,4 M€ de gastos em 2017.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

O número total de efetivos e de cargos de direção foi de 967 em 2017, de 987 em 2016 e de 990 em 2015. O número de dirigentes, sem órgãos sociais, foi de 9 em 2017 e igual número em 2016 e 2015. A relação número de Efetivos/Cargos de Direção foi de 108 em 2015 e 2016 e de 106 em 2017. No que se refere aos órgãos sociais, a nomeação do novo Conselho de Administração originou o aumento de 5 para 6 membros em 2016, número que permaneceu inalterável em 2017 (Ponto 3.13 do relatório de Gestão).

Unidade da Tesouraria do Estado

A NAV Portugal mantinha, na banca comercial, pequenos saldos depositados em contas à ordem, no total de apenas cerca de 29.000 €, o que representa 0,02% das disponibilidades. (cf. ponto 3.14 do Relatório de Gestão). Tais contas bancárias destinam-se à guarda de títulos e para reposição de fundos fixos. Foi solicitada a dispensa, para 2016, da concentração integral das disponibilidades no IGCP, situação que foi objeto de aprovação pelo Despacho n.º 1196/16 – SEATF relativamente a serviços não disponibilizados pelo IGCP.

Recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

Tal como referido no ponto 3.15 do Relatório de Gestão, a Empresa não foi objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas nos 3 últimos exercícios.

Deveres especiais de informação

Os instrumentos previsionais de gestão, bem como os relatórios trimestrais de execução são enviados ao titular da função acionista e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF). Conforme consta do ponto 3.16 do Relatório de Gestão, toda a informação relevante de interesse público é divulgada no sítio da Empresa e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado.

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A NAV Portugal cumpre com o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, uma vez que dispõe de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e elabora e divulga anualmente o relatório de monitorização do mesmo.

10. Conclusão e parecer

O CF considera que o relatório de gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações do titular da função acionista e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo da reserva considerada na Certificação Legal das Contas.

Assim, e considerando tal entendimento, o CF dá parecer favorável:

CONSELHO FISCAL

- i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017; e
- ii) à proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 14 de maio de 2018

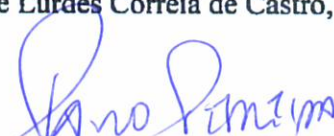
O Conselho Fiscal,



Maria Fernanda Martins, *Presidente*



Maria de Lurdes Correia de Castro, *Vogal*



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. Vogal e SROC
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC)

ANEXO 4

Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exmo. Senhor
Dr. Albano Manuel Carvalho Coutinho
M.I. Presidente do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:
23-08-2016

NOSSA REFERÊNCIA:

Of.º n.º 18821/2016
P.º n.º 0136/16, L.º T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:
2016-10-07

ASSUNTO: **Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos publicos**

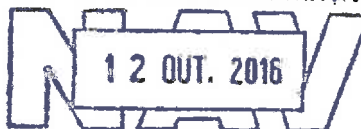
Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ENTRADA Nº. 782 ✓



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome ALZANO MANUEL CARVALHO COUTINHO

Residência R. LIS DE CAMÕES, 2

Localidade S. FRANCISCO Código Postal 2890-322 S. FRANCISCO

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 5932086

2. Cargo

Cargo de que é titular PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entidade/Serviço/Organismo NAV PORTUGAL, E.P.E.

☒ Sector empresarial do Estado ☐ Sector empresarial local

☐ Instituto Público de regime especial ☐ Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (se aplicável):

☒ Executivas ☐ Não executivas

Data da posse 14 de JULHO de 2016

Acto de nomeação ou designação RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 24/2016
DE 14 DE JULHO, PUBLICADA EM DR, 2.ª SÉRIE, N.º 148, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Handwritten signature and initials in blue ink.

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

- Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒
- No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

NADA A DECLARAR

5. Enumeração de participações sociais

NADA A DECLARAR

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

NADA A DECLARAR

7. Observações

NADA A DECLARAR

LISBOA, 23 de AGOSTO de 2016


(Assinatura)

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41

1199-005 LISBOA

17/8/2016

L.R.Q.

Exmo. Senhor

DR. VITOR MIGUEL RODRIGUES BRAZ

DIGMO. INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, n.º 41

1199-005 LISBOA

Data: 2016.08.12

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

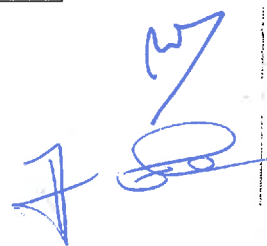
Nome: Albano Manuel Carvalho Coutinho
NIF: 185614400
Morada: Rua Luis de Camões, nº 2 - S. Francisco - Alcochete
Código Postal: 2890-322
E-mail: albano.coutinho@nav.pt
Telefone: 218553101

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): NAV PORTUGAL, E.P.E.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): Empresa Pública Empresarial
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D, Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa - Lisboa
Código Postal: 1700-008
E-mail: gabclm@nav.pt
Telefone: 218553670
Fax: 218553600

Cargo para que foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato (14/07/2016):
Data prevista de termo do mandato (14/07/2018):

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.



Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

Albano Coulinho





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exma. Senhora
Dra. Egídia Pinto de Queiroz Martins
M.I. Vogal do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:
10-08-2016

NOSSA REFERÊNCIA:

Of.º n.º 18699/2016
P.º n.º 0131/16, Lº T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:

2016-10-07

ASSUNTO: **Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos publicos**

Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

Secção Expediente e Arquivo
 Remetido no Correio
 Data 12/08/2016 Hora 14
 Gil Lobo

DL71/2007



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome EGÍDIA PINTO DE QUEIROZ MARTINS

Residência RUA MANUEL DA SILVA, N.º 2-2ª

Localidade LISBOA Código Postal 1750-927

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 02168002

2. Cargo

Cargo de que é titular VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entidade/Serviço/Organismo NAVEGAÇÃO AÉREA DE PORTUGAL, E.P.E.

☒ Sector empresarial do Estado ☐ Sector empresarial local

☐ Instituto Público de regime especial ☐ Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (se aplicável):

☒ Executivas ☐ Não executivas

Data da posse 14 de Junho de 2016

Acto de nomeação ou designação Resolução do Conselho de
Ministros n.º 24/2016 - D. Rep. 2ª série n.º 148 de 3/8/2016.

[Handwritten signature]

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

— Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒— No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

[This section is crossed out with a diagonal line.]

5. Enumeração de participações sociais

[This section is crossed out with a diagonal line.]

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

[This section is crossed out with a diagonal line.]

7. Observações

[This section is empty.]

Ribeira, 10 de Agosto de 2016

Egídio Pinto de Oliveira Martins
(Assinatura)

[Handwritten signature and initials in blue ink.]

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

Data: 8 de Agosto de 2016

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Egídia Pinto de Queiroz Martins
NIF: 100772153
Morada: Rua Manuel da Silva n. 2-2º A
Código Postal: 1750-927 LISBOA
E-mail: egidia.martins@nav.pt
Telefone: 919110428

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Navegação Aérea de Portugal- NAV Portugal E.P.E.
Tipo Empresa do Setor Público Empresarial
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D Edifício 121 Aeroporto de Lisboa
Código Postal: 1700-008 LISBOA
E-mail:
Telefone: 218553100
Fax:

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 14 de Julho de 2016
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31 de Dezembro de 2018

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41

1199-005 LISBOA

10/8/2016

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções,

Egídio Pinto de Amorim Mantente

7/10



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exmo. Senhor
Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil
M.I. Vogal do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:

NOSSA REFERÊNCIA:

Of.º n.º 18823/2016

P.º n.º 0207/13, L.º T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:

2016-10-07

ASSUNTO: Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos

Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

337781_1
PMaço/ºRP

2016 / 07 / 21

O Funcionário

Celia Amante

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome FRANCISCO CÉZAR RANOS FERNANDES GIL

Residência RUA DAS NECESSIDADES, n.º 120

LIVRAMENTO

Localidade BOMBA DELGADA Código Postal 9500-619

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 103 18 350

2. Cargo

Cargo de que é titular VOGAL DO CONSELHO DE

ADMINISTRAÇÃO DA NAV PORTUGAL E.P.E

Entidade/Serviço/Organismo NAV PORTUGAL E.P.E

☒ Sector empresarial do Estado☐ Sector empresarial local☐ Instituto Público de regime especial☐ Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (se aplicável):

☒ Executivas☐ Não executivas

Data da posse 14 de JULHO de 2016

Acto de nomeação ou designação CONSELHO DE MINISTROS DE

14 DE JULHO 2016

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

- Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒
- No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

- Presidente da Direcção da Associação de Turismo dos Açores, entidade de direito privado sem fins lucrativos (FUNÇÃO NÃO REMUNERADA)
- Membro da Direcção da Associação Agrária de Tomaraçãs Turísticas e Hoteleira, entidade de direito privado sem fins lucrativos (FUNÇÃO NÃO REMUNERADA)
- Membro da Direcção do Centro Paroquial de São João (IPSS)

5. Enumeração de participações sociais

7

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

7

7. Observações

7

Lisboa, 18 de Julho de 2016

Francisco
(Assinatura)

Se
M
X

NOMEAÇÃO

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angellna Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

Data: 14/07/2016

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Francisco César Ramos Fernandes Gil
NIF: 210476419
Morada: Rua das Necessidades, 120 - Livramento
Código Postal: 9500-619
E-mail: framosgil@gmail.com
Telefone: 91 3816284

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): NAV PORTUGAL E.P.E
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): Empresa Pública
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa
Código Postal: 1700-008 Lisboa - Portugal
E-mail: gabcim@nav.pt
Telefone: 21 855 3100
Fax: 21 855 3100

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 19/07/2016
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 14/07/2019

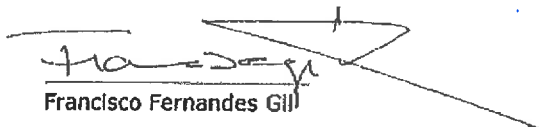
(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.



Tendo sido nomeado para o cargo referido (conselho de ministros de 14 de Julho de 2016), na empresa acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Cordialmente,


Francisco Fernandes Gil

